

Relatório de Gestão do Conselho de Administração da Associação Porto Digital, Exercício de 2010

1.1	Introdução	1
1.2	Apoio a projectos da Câmara Municipal do Porto	2
1.3	Apoio a projectos da Área Metropolitana do Porto	2
1.4	Projecto DouroIntour	3
1.5	Cidade das Profissões	4
1.5.1	Contexto Institucional	4
1.5.2	Balanco de Actividades 2006 - 2010	5
1.5.3	Actividade 2010	5
1.5.3.1	Serviços	5
1.5.3.1.1	Atendimento Personalizado	6
1.5.3.1.2	Auto-Informação	6
1.5.3.1.3	Ciclo Mensal de Actividades	6
1.5.3.1.4	Projectos de Intervenção em Contexto Escolar	6
1.5.3.1.5	Speed Recruitment	8
1.5.3.1.6	Clubs	9
1.5.3.1.7	Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo	9
1.5.3.1.8	Outras Participações	10
1.5.3.2	Parcerias e Colaboração Transnacional	10
1.5.3.2.1	Parcerias Locais	10
1.5.3.2.2	Réseau Cité des Métiers	11
1.5.3.3	Visibilidade	12
1.5.3.4	Monitorização	12
1.5.4	Recursos Humanos	13
1.6	Infraestruturas de Telecomunicações na cidade do Porto	13
1.6.1	Grau de cumprimento dos objectivos do projecto a 31-Dez-2010	13
1.6.1.1	Dimensão do incumprimento ao longo do tempo	15
1.6.1.2	Atraso de cada ponto obrigatório	15
1.6.1.3	Grau de execução física e financeira ao longo do tempo	15
1.6.1.4	Grau final de execução do projecto e de cada uma das fases	16
1.6.1.5	Atraso do sinal de TV em cada um dos Bairros Sociais	23
1.6.2	Despesas extraordinárias da APD com o projecto PDONT	23
1.7	Conclusão	24


Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos estatutos, vem o Conselho de Administração apresentar a V. Ex.as o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2010, e o que se perspectiva para o ano de 2011.

1.1 Introdução

A Associação Porto Digital, no exercício de 2010, concentrou-se:

- No apoio à Câmara Municipal do Porto (CMP) ao nível de alguns serviços (nomeadamente à Unidade Central de Digitalização da Direcção Municipal da Cultura, à Direcção Municipal de Sistemas de Informação, e ao Gabinete de Estudos e Planeamento);
- No apoio à Área Metropolitana do Porto, fundamentalmente no âmbito do portal dos eventos da AMP;
- No desenvolvimento do serviço Cidade das Profissões;

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Muy', 'M', and 'Jus']

- 
- No desenvolvimento da área das telecomunicações no contexto do projecto de criação da sociedade Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA;
 - Na execução do projecto em consórcio NORTE-02-0169-FEDER-000040 *DouroIntour — Patrimónios Durienses e Turismo Cultural* (Aviso de abertura TDIM/1/2008 Turismo Douro Imaterial, regulamento *Valorização Económica de Recursos Específicos* do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013), projecto esse que foi aprovado pela CCDRN em Setembro de 2009 e cujo início de execução ocorreu em Março de 2010 após o contrato com a CCDRN ter sido assinado em Fevereiro 2010

1.2 Apoio a projectos da Câmara Municipal do Porto

Em 2010 a Associação Porto Digital suportou alguns projectos da Direcção Municipal de Sistemas de Informação da CMP nomeadamente através da alocação de recursos humanos ao suporte directo ao data center incluindo à componente de virtualização, e na consultoria em projectos de sistemas de informação incluindo projectos no âmbito da candidatura SAMA (Simplex Autárquico da CMP).

No âmbito da unidade central de digitalização (UCD) foram disponibilizados os recursos humanos que permitiram garantir a criação da metainformação associada a todos os processos até ao momento desmaterializados pela Câmara Municipal do Porto (certidões, processos de licenciamento urbanístico, etc.)

No âmbito do antigo Gabinete de Comunicação e Imagem (actual Gabinete de Comunicação e Promoção) foi alocado um recurso humano (técnico superior de multimédia) para apoiar a criação de conteúdos para o canal TV Porto.

Com o objectivo de reposicionar, estrategicamente, o destino Porto (e Norte de Portugal) a Câmara Municipal do Porto convidou a Associação Porto Digital para liderar a coordenar uma equipa de projecto, constituída por colaboradores do Departamento Municipal de Turismo e Direcção Municipal de Sistemas de Informação, com a missão de contribuir para a definição estratégica da promoção do destino Porto, implementar uma Base de Dados de Recursos Turísticos (Pontos de Interesse) e o novo Portal de Turismo do Município do Porto. O novo Portal de Turismo visa contribuir para organização da oferta turística, apoiar o processo de decisão e o planeamento de: viagem (Visitar), residir (Viver até um ano no Município do Porto), a captação de investimento directo e eventos de negócios (MICE - Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions) e promover iniciativas de I&D (Negócios e I&D). A Associação para além da liderança da iniciativa proporciona, ainda, a disponibilização de equipamento informático e as instalações de trabalho às equipas do projecto. A primeira fase do portal foi inaugurada em 23 de Maio de 2010 (<http://www.visitporto.travel>), ver Figura 1.1.

1.3 Apoio a projectos da Área Metropolitana do Porto

Durante o ano de 2010 prosseguiu-se com o desenvolvimento que já vinha de 2007 da plataforma de recolha de conteúdos para a revista iPorto (cerca de 90 utilizadores distribuídos pelos 16 municípios da Área Metropolitana do Porto, e o desenvolvimento do portal de eventos culturais, turísticos, desportivos e educativos da área metropolitana do Porto, com suporte para pesquisas em três dimensões (textual, geográfica e temporal). Este portal (inaugurado a 20 de Abril de 2009) continua a ser activamente desenvolvido nomeadamente no que diz respeito ao suporte para algumas das dimensões de pesquisa e no que diz respeito à extensão a outras áreas de intervenção para além da cultura (turismo, educação, desporto e lazer).

A Associação Porto Digital iniciou igualmente o suporte ao desenvolvimento da componente de educação do site da Área Metropolitana do Porto. Neste contexto está a colaborar com a AMP e com o Departamento Municipal de Educação e Juventude e com o Gabinete de Estudos e Projectos da CMP, na definição do âmbito do projecto e na criação do sistema informático de suporte.

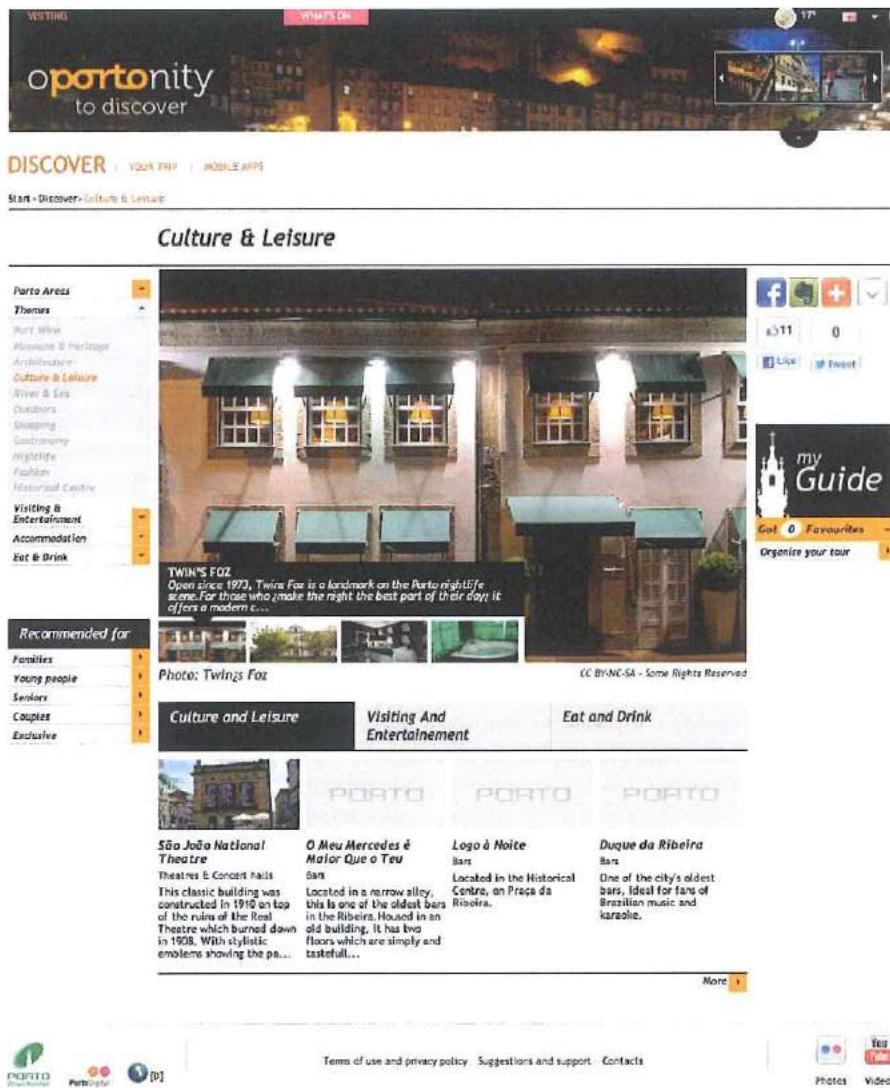



Figura 1.1: Portal oficial do Turismo do Porto: <http://www.visitporto.travel>

1.4 Projecto DouroIntour

O projecto em consórcio NORTE-02-0169-FEDER-000040 *DouroIntour — Patrimónios Durienses e Turismo Cultural* do qual a APD é um dos quatro parceiros iniciou a sua execução em Março 2010 e concentra-se no levantamento detalhado de informação turística, histórica e patrimonial sobre as Quintas do Douro anteriores às Demarcações Pombalinas e no inventário do património localizado na área de influência das mesmas. Neste contexto a APD desenvolveu o sistema informático de suporte à recolha e georeferenciação dos conteúdos (backoffice), tem dado suporte aos restantes três parceiros do projecto na componente tecnológica, e alocou um recurso humano à componente de levantamento e georeferenciação dos recursos geográficos e patrimoniais da área envolvente.



1.5 Cidade das Profissões

1.5.1 Contexto Institucional

A Cidade das Profissões nasceu em Outubro de 2006 como um sub-projecto do Programa Porto Digital, programa este promovido pela Câmara Municipal do Porto, em parceria com a Universidade do Porto, a Associação Empresarial de Portugal e a Metro do Porto, tendo como principal desígnio contribuir para a evolução de uma sociedade da Informação e do Conhecimento ao alcance de todos e para o desenvolvimento de um modelo de Cidade cada vez mais baseado na inovação, na criatividade e no conhecimento.

Baseado no modelo “*Cité des Métiers*”, criado em França no início da década de 90, o projecto enquadra-se nos objectivos da Estratégia Europeia para o Emprego que preconiza uma intervenção mais sustentada e mais próxima dos cidadãos no sentido de favorecer a empregabilidade, a adaptabilidade dos recursos humanos aos novos contextos profissionais, a promoção da iniciativa e espírito empreendedor e por último, a igualdade de oportunidades para os que se relacionam, de alguma forma, com as questões do emprego e da qualidade de vida profissional, nas suas diversas fases. Foi, assim, criado um dispositivo de proximidade, promotor de uma progressiva autonomização dos cidadãos na sua relação com os serviços públicos, assumindo uma função aglutinadora e mobilizadora de recursos, numa lógica de intervenção integrada de informação, orientação e aconselhamento, até então inexistente na Cidade do Porto.

A Cidade das Profissões é, então, um centro de informação e aconselhamento gratuito que tem como missão promover a empregabilidade e o empreendedorismo dos cidadãos pelo desenvolvimento de competências e pela promoção do conhecimento sobre o mundo do trabalho, as profissões, as qualificações e o processo empreendedor, capacitando os cidadãos para uma melhor adaptação às constantes transformações do mercado.

Fundamental desde a sua fundação, é o seu posicionamento de complementaridade. A Cidade das Profissões não se identifica como fim último, como uma solução em si, mas um veículo que abre caminhos para soluções. Pelo seu perfil integrador da informação dispersa pelos recursos existentes, procura promover uma resposta mais abrangente e eficaz a toda a população, facilitando a relação e a cooperação para um trabalho em rede com as várias competências e funções ao serviço da orientação e da capacitação para a empregabilidade e o empreendedorismo: Universidades, Escolas, Gabinetes de Integração Profissional, Centros de Novas Oportunidades, associações locais, entre outras. A Cidade das Profissões não quer ser uma extensão do que existe, mas antes o elo de ligação, potenciando a resposta aos cidadãos.

O projecto só existe enquanto estrutura de Parcerias Público-Privado. A Cidade das Profissões estabelece, assim, parcerias com serviços e instituições diversas, integrando num único espaço a informação das respostas locais, e acolhendo e encaminhando quem se encontra num processo de orientação vocacional, de procura de estágio, de emprego, de formação ou de desenvolvimento profissional, de mudança de vida profissional ou de criação da própria actividade. Apoia, portanto, estudantes do ensino básico ao ensino superior, recém-licenciados à procura do primeiro emprego, desempregados à procura de emprego ou de requalificação profissional, profissionais activos à procura de desenvolvimento de novas competências ou de percursos profissionais alternativos e novas empresas resultantes de iniciativas de empreendedorismo. O projecto situa-se no espaço entre a procura do cidadão e a oferta, as oportunidades e as possibilidades de formação e emprego que o contexto actual encerra.

A Cidade das Profissões tem como principais objectivos: 1) promover a acessibilidade a informação, garantindo a todos os cidadãos informação actualizada e de qualidade, promotora de conhecimento sobre educação, formação ao longo da vida e emprego, que possibilite escolhas e decisões informadas; 2) capacitar os cidadãos na integração no mercado de trabalho e na adaptação à mudança; 3) habilitar os cidadãos a serem agentes activos no processo de construção de percursos educativos, formativos e profissionais; 4) aproximar os sistemas do ensino, da formação e do trabalho, promovendo o desenvolvimento de condições de possibilidade de interacção e ajustamento; e 5) promover uma cultura empreendedora nos jovens, desenvolvendo o espírito empresarial e estimulando a criação de emprego e de novas actividades que fixem os jovens na cidade.



1.5.2 Balanço de Actividades 2006 - 2010

O primeiro ano de funcionamento foi marcado por mudanças sucessivas na equipa técnica e na coordenação. Este período de adaptação traduziu-se naturalmente nalguma indefinição e irregularidade de respostas. Na ausência de um plano de actividades, importava concretizar parcerias entretanto iniciadas e criar as condições de possibilidade ao estabelecer de novas alianças. Urgia reforçar, então, o papel da Cidade das Profissões enquanto plataforma de informação e orientação, pelo que em 2008 a equipa técnica desenvolveu esforços no sentido de estruturar um plano de acção e redefinir prioridades, que permitissem consolidar num curto espaço de tempo, a intervenção da Cidade das Profissões, e sistematizar práticas até então irregulares. Constituíram prioridades, a actualização do atendimento personalizado, o planeamento de actividades regulares e cíclicas, o desenvolvimento de projectos, a gestão e produção de conteúdos, e a definição clara de áreas e tempos de intervenção.

Em 2009 iniciou-se uma nova dinâmica no quotidiano do Cidade das Profissões, com a realização regular de actividades no âmbito da promoção da empregabilidade, do empreendedorismo e do conhecimento sobre o mundo das profissões, actividades essas organizadas sob a forma de ciclos mensais subordinados a um tema ou a uma área profissional, e a implementação de novos projectos de intervenção em contexto escolar, promotores de desenvolvimento pessoal e vocacional, fazendo a ponte entre as matérias curriculares e o mercado de trabalho, entre as competências de estudo e as competências transversais a todos os sectores de actividade.

No final de 2009, o atendimento personalizado em permanência, a realização regular de actividades, internas e externas, no âmbito da promoção da empregabilidade, do empreendedorismo e do conhecimento sobre o mundo das profissões e a implementação cíclica de projectos de intervenção no âmbito do desenvolvimento vocacional e das competências transversais à educação e ao mercado de trabalho, eram já práticas estabelecidas na Cidade das Profissões. No entanto, em 2010, a Cidade das Profissões procurou diariamente dar um salto qualitativo no trabalho desenvolvido e intensificar o dinamismo da sua intervenção. Se 2008 foi um ano de conhecimento e 2009 de consolidação, 2010 assumiu-se como um ano de crescimento.

1.5.3 Actividade 2010

A actividade da Cidade das Profissões no ano de 2010 pautou-se pelas seguintes linhas orientadoras: a) ir ao encontro de novos públicos, b) alargar a participação a novos parceiros e projectos, c) reforçar o papel activo na colaboração transnacional, d) explorar novas formas de comunicação, e e) dar continuidade à sistematização de procedimentos e à monitorização de práticas.

Em 2010, importava ir ao encontro de novos públicos. A intervenção da Cidade das Profissões centra-se nas pessoas e nos seus pedidos, que se enquadram nas circunstâncias dos seus percursos de vida, de formação e de trabalho e que se complexificam na conciliação dos mesmos, pelo que as pessoas constituem sempre o principal foco de intervenção, independente da conjuntura económica e social.

Concretizar este objectivo implicava que se optimizasse a utilização de todos os recursos já estabelecidos e que se criassem novas oportunidades de participação aos diferentes públicos, pela diversificação de serviços e pela definição de novas respostas, adequadas às necessidades do mercado e das pessoas. Assim, em 2010, para além do atendimento personalizado em permanência, do serviço de auto-informação, dos ciclos mensais de actividades e dos projectos de intervenção em contexto escolar, foram desenvolvidas duas novas iniciativas: o *Speed Recruitment* e os *Clubs*.

1.5.3.1 Serviços

As novas tecnologias, a globalização da economia e o aparecimento de novas necessidades das pessoas e das empresas transformaram o mundo do trabalho e a forma como trabalhamos. Exigem-se novas competências e surgem novos perfis profissionais. Hoje, já não se trata de encontrar um emprego permanente, para toda a vida, mas ter a capacidade de integrar o mercado, adaptar-se às suas mudanças e mobilidade, e nele evoluir, ou por outras palavras ser empregável. Na Cidade das

Profissões é possível encontrar ferramentas de orientação do futuro profissional, de pesquisa activa de emprego, de desenvolvimento profissional e de criação da própria actividade, numa intervenção que procura capacitar as pessoas no processo de transformar a informação em conhecimento, e promover uma autonomia que lhes permita descobrir o que querem fazer e como o fazer.

1.5.3.1.1 Atendimento Personalizado A Cidade das Profissões disponibiliza um serviço permanente de atendimento personalizado, sem marcação, centrado na informação e no aconselhamento, e estruturado em cinco pólos, nomeadamente o Pólo do Emprego, o Pólo das Profissões (orientação vocacional), o Pólo da Formação, o Pólo dos Estágios e o Pólo do Empreendedorismo. Um serviço onde se informa e apoia na resolução de dúvidas sobre estes temas, na exploração de opções e oportunidades, na definição de estratégias e na mobilização de recursos, encaminhando para as estruturas e serviços de apoio mais adequados ao pedido/necessidades da pessoa. Durante o ano de 2010, a Cidade das Profissões realizou 1463 atendimentos. No que respeita ao atendimento à distância, via correio electrónico, foram recebidos e respondidos 620 pedidos de informação.

1.5.3.1.2 Auto-Informação A Cidade das Profissões dispõe de um espaço multimédia e de documentação, onde o utilizador poderá aprofundar a recolha de informação através da consulta da Internet e/ou de livros sobre as diversas temáticas do âmbito da intervenção do centro. Durante o ano de 2010, o serviço de auto-informação recebeu 993 acessos.

1.5.3.1.3 Ciclo Mensal de Actividades Todos os meses, a Cidade das Profissões desenvolve actividades subordinadas a quatro grandes temas: **a) Empregabilidade** - Workshops de Procura Activa de Emprego, onde são exploradas e trabalhadas ferramentas de empregabilidade adequadas às exigências do actual mercado de trabalho e em sintonia com as necessidades das entidades empregadoras (por exemplo: Elaboração de Curriculum Vitae e de Carta de Candidatura, Simulação de Entrevistas e outras Provas de selecção, entre outros); **b) Empreendedorismo** - Workshops de promoção do espírito empreendedor e de análise do processo de criação da própria actividade (cf. secção 1.5.3.1.7 “Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo”); **c) Competências-Chave** - Workshops de desenvolvimento de competências transversais que enriquecem e tornam mais competitivos os perfis profissionais, e que facilitam não só a entrada no mercado de trabalho, mas também a manutenção do posto laboral (por exemplo: Trabalhar em Equipa, Gestão do Tempo, entre outros); **d) Sector de Actividade em Análise** - Sessões informativas em que se promove o contacto directo com profissionais, empresas e instituições de ensino e formação enquadrados numa determinada área profissional, possibilitando a exploração de forma transversal dos diversos sectores de mercado. São analisadas as profissões e os perfis profissionais associados ao sector, as tendências de ocupação, as áreas emergentes e os cursos existentes (Por exemplo: Saúde e Indústria Farmacêutica, Restauração e Hotelaria, Têxtil, entre outros).

Durante o ano de 2010 foram desenvolvidas a) 56 actividades sobre empregabilidade, num total de 1169 participações, b) actividades sobre empreendedorismo (cf. secção 1.5.3.1.7 “Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo”), c) 25 actividades sobre competências-chave, num total de 384 participações, e) 8 actividades sobre sectores profissionais, num total de 221 participações, e f) 34 sessões de exploração vocacional, num total de 701 participações. Foram ainda desenvolvidas 5 actividades de apresentação dos serviços da Cidade das Profissões, num total de 111 participações.

No total, em 2010, sem contar com as actividades do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, foram desenvolvidas 128 actividades, num total de 2586 participações.

1.5.3.1.4 Projectos de Intervenção em Contexto Escolar A Cidade das Profissões tem vindo a desenvolver, de forma cada vez mais sistemática, projectos em contexto escolar, promotores de desenvolvimento pessoal e vocacional, fazendo a ponte entre as matérias curriculares e o mercado de trabalho, entre as competências de estudo e as competências profissionais, transversais a todos os sectores de actividade. Os projectos em curso integram o Programa Porto de Futuro da Câmara Municipal do Porto.

a) **Escolas Conscientes, Escolhas Consequentes** O Projecto Escol(h)as é uma iniciativa de intervenção ao abrigo do Acordo de Cooperação estabelecido entre a Cidade das Profissões e o Serviço de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional da FPCEUP - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. O projecto visa apoiar a organização de práticas de infusão curricular de objectivos de exploração vocacional, sendo o seu público-alvo professores do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário. São objectivos do projecto: a) favorecer a compreensão das variáveis críticas na estruturação do projecto vocacional; b) promover a reflexão em torno do papel do professor enquanto agente de desenvolvimento vocacional; c) apoiar a organização de práticas de infusão curricular de objectivos de exploração vocacional; d) construir significado para o papel da escola e dos professores no seu processo de “orientar-se”; e e) explorar a relação com o mundo das profissões sob estímulo dos conteúdos específicos de uma matéria curricular. Durante o ano de 2010, o projecto foi implementado na EB/2, 3 Irene Lisboa, tendo sido realizadas 6 sessões, num total de 4 turmas, de 4 professores e de 89 alunos.

b) **(És)tudo** O projecto (És)tudo visa uma intervenção junto dos alunos do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário com o intuito de promover o desenvolvimento de competências de estudo, com ênfase nas competências transversais ao mundo do trabalho, favorecendo, em última instância, a aprendizagem e o sucesso escolar. São, então, objectivos do projecto: a) promover o desenvolvimento de competências de estudo que permitam aos jovens ter sucesso na vida escolar; b) promover o desenvolvimento de competências que sejam úteis à futura integração dos jovens no mercado de trabalho e que sejam transferíveis para os seus vários contextos de vida; c) explorar os significados atribuídos à Escola, com base em expectativas e perspectivas de futuro; d) facilitar a associação entre as competências que o aluno possui e as que este considera serem as esperadas para alcançar o sucesso em determinada disciplina em momentos de avaliação, promovendo, desta forma, o autoconhecimento; e e) apoiar na conciliação de papéis de vida.

No âmbito da reunião de balanço do Programa Porto de Futuro, no ano lectivo 2009/2010, coordenado pelo Departamento Municipal de Educação e Juventude da Câmara Municipal do Porto, constatou-se que o projecto (És)Tudo poderia constituir uma mais-valia à intervenção do projecto de Voluntariado Estudantil Tutorial. Assim sendo, foi proposto às três instituições do ensino superior envolvidas no projecto de voluntariado - Universidade do Porto, Instituto Politécnico do Porto e Universidade Católica Portuguesa do Porto - a realização de uma sessão de apresentação do projecto (És)Tudo junto dos tutores, com o objectivo de os sensibilizar para a importância desta parceria. Esta sessão visou ainda o desenvolvimento de estratégias e actividades promotoras de competências de estudo dos intervenientes. Em 2010, foram realizadas 2 sessões com os alunos da Universidade do Porto, num total de 13 tutores.

Embora tratando-se de um projecto de intervenção em grupo, as actividades dele constituintes revelavam-se adequadas ao acompanhamento individual, pelo que em 2010, e a título experimental, foram acompanhados individualmente 2 jovens, ao longo de 5 sessões

Durante o ano de 2010, o projecto foi ainda implementado na Escola de Ensino Básico do 2º e 3º ciclos Nicolau Nasoni, Escola do Ensino Básico de 2º e 3º ciclos Augusto César Pires de Lima, Escola de Ensino Básico de 2º e 3º ciclos Augusto Gil, tendo sido realizadas 15 sessões, num total de 5 turmas e de 62 alunos.

c) **Cresce e Aparece** O projecto Cresce e Aparece é um projecto de intervenção precoce que tem como população-alvo os educadores e alunos do ensino pré-escolar (2-5 anos). O projecto visa apoiar os educadores numa primeira abordagem ao mundo das profissões, dotando-os de recursos lúdicos (actividades lúdico-pedagógicas, com possibilidade de recorrer à componente tecnológica), a apropriar na sua prática educativa ao longo do ano lectivo, que lhes permita acima de tudo explorar a questão género nas escolhas vocacionais das crianças. São, então, objectivos do projecto: a) incentivar a descoberta e exploração do mundo das profissões, fomentando uma postura crítica acerca dos estereótipos e preconceitos socialmente veiculados

A
May
J. L.
Jus

para que estes não limitem as escolhas vocacionais; b) sensibilizar para a necessidade e importância da profissão, da formação, do trabalho e do emprego para a evolução interpessoal e social, estimulando o seu sentido de responsabilidade, respeito e integração social; c) incitar a construir uma ponte entre o simbólico e situações reais, predominantes no seu meio ambiente; e d) contribuir para o respeito pela pluralidade e diferenciação de papéis patentes à nomenclatura sócio-profissional.

Durante o ano de 2010, o projecto foi implementado no Agrupamento Vertical Augusto Gil, nomeadamente na Escola Básica do Primeiro Ciclo/Jardim-de-Infância da Fontinha e no Jardim-de-Infância João das Regras, tendo sido realizadas 4 sessões, num total de 5 turmas e de 79 alunos.

1.5.3.1.5 Speed Recruitment O Speed Recruitment consiste num encontro entre empresas e candidatos a emprego, constituindo uma solução de recrutamento inovadora e eficiente, de baixo custo, sem sacrifício da qualidade, que permite à empresa concentrar-se exclusivamente no candidato e identificar facilmente competências que poderão não ser observadas no contexto de uma entrevista tradicional.

Pretendeu-se com esta iniciativa proporcionar às empresas presentes um meio eficiente de avaliar um grande número de candidatos num curto espaço de tempo, através de mini-entrevistas de cinco minutos, o tempo suficiente para o recrutador formar uma primeira impressão e decidir se existem bases para o agendamento de uma segunda entrevista mais formal. Constituiu, acima de tudo, uma oportunidade para as empresas ampliarem a rede de contactos com potenciais colaboradores e enriquecerem as suas bases de dados de recrutamento. Para os candidatos, esta iniciativa proporcionou uma oportunidade de num único dia contactarem com diversas entidades empregadoras, reforçando a sua rede de contactos, e de num curto espaço de tempo desenvolverem as suas competências de comunicação, de empregabilidade, e uma presença de qualidade, e ir ao encontro de possíveis oportunidades de emprego ou estágio, contrariando a descrença actual em relação à integração no mercado de trabalho e à evolução profissional.

A dinâmica do Speed Recruitment consiste em dispor dez empresas num circuito fechado, emparelhando cada empresa com um candidato. Após um sinal sonoro, o candidato senta-se e inicia uma entrevista de cinco minutos. Findo o período estabelecido, assinalado com novo sinal sonoro, cada candidato passa à empresa seguinte até concluir o circuito de empresas. Todos os candidatos têm, assim, oportunidade de se apresentar a todas as empresas presentes, fazendo valer a sua "marca" pessoal. Concluído um circuito, um novo grupo de candidatos é disposto perante as empresas e inicia-se um novo processo de entrevistas.

Para além do circuito de empresas, a Cidade das Profissões organizou um circuito de entidades de apoio à empregabilidade. Desta forma, foi possível alargar a participação a todas as pessoas que não conseguiram vaga no circuito de empresas, tendo-lhes sido proporcionada a oportunidade de deixar o seu currículo e de recolher informações sobre estratégias de pesquisa activa de emprego. Este circuito de apoio possibilitou, ainda, que os candidatos que aguardavam a integração no circuito das empresas, potenciassem a sua participação.

Realizada uma primeira edição em Março 2010, e ultrapassadas as expectativas de todos os intervenientes, que foram unânimes em reconhecer o sucesso e o carácter inovador e desafiante desta iniciativa, foi realizada uma segunda edição em Novembro 2010. No conjunto das duas edições estiveram presentes 16 empresas e 190 participantes, tendo sido realizadas 1900 entrevistas.

Nas duas edições contou-se com a participação de entidades e empresas de referência, como o Centro de Formação da Associação Empresarial de Portugal (AEP), a BA Vidro, S.A., a Cerealis, SGPS, S.A., o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Rede EURES, o Exército Português - Centro de Recrutamento do Porto, a Fidelidade Mundial/Império Bonança, a Galp Energia, S.A., o Grupo Auto Sueco, o Grupo Efacec, a Helping Hand - Recursos Humanos, a Multipessoal - Recursos Humanos, a Slot Recursos Humanos - Trabalho Temporário, a Novopca Construtores, a Somos - Serviços Partilhados em Saúde, SPS, e a Tempo-Team Recursos Humanos.

Da primeira para a segunda edições do Speed Recruitment a equipa técnica reconheceu a necessidade de actualizar a imagem do projecto, de aperfeiçoar os procedimentos associados à sua

implementação e de otimizar a participação dos candidatos a emprego pela capitalização das suas competências de empregabilidade. Foram, para o efeito, realizadas 5 sessões de preparação para o Speed Recruitment, tendo-se contado, nas mesmas, 42 participações. Os participantes tiveram, assim, oportunidade de conhecer previamente a dinâmica do evento, construir ferramentas de empregabilidade adequadas a um evento de pitching (cartão comercial, curriculum vitae, carta de agradecimento, ...), tendo sido sensibilizados para os comportamentos e atitudes a adoptar em situação de networking.

Assumida a vontade de tornar o Speed Recruitment numa referência na dinamização do mercado de trabalho local e reconhecido o seu valor diferenciador no cumprimento da missão da Cidade das Profissões, procedeu-se, ainda em 2010, ao registo da marca "Speed Recruitment @ CdP", passando a estabelecer-se como uma iniciativa de carácter anual.

1.5.3.1.6 Clubs Os Clubs foram criados pela Cidade das Profissões em 2010, com base numa iniciativa com o mesmo nome desenvolvida na Cidade das Profissões de Paris. Os Clubs são intervenções na modalidade de consultadoria, tendo em vista o desenvolvimento profissional dos participantes. Partindo de um dado tema, a equipa de intervenção desenvolve estratégias de trabalho adaptadas aos participantes e assume uma postura facilitadora do seu desenvolvimento profissional. Independentemente do tema tratado, existe um denominador comum a todos os Clubs: o investimento na definição de um projecto profissional e o desenvolvimento de estratégias para a sua concretização. Em 2010, foram dinamizados 4 Clubs, num total de 19 sessões, com a presença de 44 participantes. Todos os Clubs desenvolvidos deram destaque à problemática da integração no Mercado de Trabalho, porém, as abordagens distinguiram-se pelas características dos públicos-alvo para que foram desenhadas. O primeiro e o quarto Clubs tinham como alvo a população recém-licenciada, o segundo destinou-se a pessoas com mais de 3 anos de experiência profissional e o terceiro foi desenhado para beneficiários do Rendimento Social de Inserção com baixos níveis de escolaridade, apoiados, à data, pelo Centro Social do Barredo.

1.5.3.1.7 Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo O Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo (GAE) iniciou a sua actividade no dia 1 de Setembro de 2009, enquadrado no âmbito do Programa de Acção para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé. O GAE é co-financiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional, no âmbito do Novo Norte - Programa Operacional Regional do Norte, e representa um investimento total de 91.824 €, com uma comparticipação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de 49.000 €.

Procura-se com esta operação apoiar o espírito empreendedor mediante a congregação de forças e oportunidades que contribuam para a instalação de novas empresas e actividades promovidas por jovens empresários possibilitando, não só, a criação do próprio emprego, mas também o aumento da oferta de trabalho na zona. Em coordenação com outras entidades já instaladas no terreno, procura-se disponibilizar uma acção concertada para a Baixa e no Centro Histórico do Porto de acordo com os objectivos delineados para a mesma, tornando-a de novo um local para Viver e Trabalhar.

O Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo tem, assim, como objectivos específicos a) promover e apoiar o Empreendedorismo, fomentando o espírito empresarial e o auto-emprego, b) dinamizar a criação de empresas e de novos postos de trabalho na Baixa e Centro Histórico do Porto, contribuindo para o desenvolvimento económico local e regional, e c) potenciar a instalação de empresas de serviços de proximidade que contribuam para a re-habitação e o reforço do sentido de pertença e coesão social. E propõe-se a alcançá-los pela apresentação de conceitos e ferramentas para a acção empreendedora, pelo desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras, pela capacitação do indivíduo para as actividades profissionais básicas de gestão de um negócio, pela orientação dos indivíduos durante a persecução de todas as etapas de criação de um negócio até a elaboração de um projecto viável de empresa e pela promoção do diálogo e pelo estabelecimento de parcerias no âmbito da actividade empreendedora.

Embora inserido numa lógica de continuidade com o trabalho já desenvolvido pela Cidade das Profissões, a criação do Gabinete permitiu sistematizar actividades e dar um salto qualitativo no

d
Ruy
U
lu.
Jus

apoio prestado. Para além do encaminhamento para outros serviços e entidades, já assegurado pelo Pólo do Empreendedorismo, tornou-se possível, a partir de então, e pela integração na equipa técnica da Cidade das Profissões de um técnico superior de economia, apoiar e acompanhar, passo a passo, a criação da empresa, estabelecendo os circuitos de apoio possíveis desde a geração e gestação da ideia até à concretização da mesma num negócio.

O GAE funciona numa lógica de “Loja de Empresa”, isto é, de um espaço de atendimento articulado e focalizado em torno de uma vasta gama de serviços, cada um deles apto a responder a pedidos específicos por parte da comunidade empreendedora e a prestar auxílio ao indivíduo que pretenda dar os primeiros passos em direcção à consolidação da sua ideia e na identificação dos serviços de apoio (informação, aconselhamento, formação, acompanhamento, financiamento, etc.) que melhor se adequam ao seu caso específico.

No âmbito das acções preparatórias do Programa de Acção para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé, foram realizadas 3 reuniões com a Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana, entidade promotora do referido Programa de Acção.

Durante o ano de 2010, foram realizados 306 atendimentos e respondidos 40 pedidos de informação. Foram acompanhados 280 projectos, tendo sido realizadas 79 reuniões de desenvolvimento de projecto. Foram realizados 56 workshops em diversas temáticas ligadas ao empreendedorismo (e.g. passos para a criação do próprio emprego) e no âmbito da intervenção em projectos educativos, num total de 1295 participações. No âmbito do estabelecimento de novas parcerias, foram realizadas 25 reuniões com entidades de áreas diversas, como consultoria, financiamento, apoio pré e pós-criação de empresas, entre outras. O GAE deu apoio à criação de 8 empresas e de 24 novos postos de trabalho.

1.5.3.1.8 Outras Participações Durante 2010, a Cidade das Profissões participou em 4 feiras de cariz profissional e formativo, organizadas pelo Colégio Dom Dinis, Colégio de Gaia, Colégio Luso-Internacional do Porto (CLIP), Escola do Ensino Básico do 2.º e 3.º ciclos de Pêro Vaz de Caminha, Instituto Superior da Maia (ISMAI), com o objectivo de divulgar os seus serviços.

Com o mesmo objectivo, a Cidade das Profissões participou com comunicação em 5 iniciativas, nomeadamente em 5 conferências organizadas pelo Agrupamento de Escolas do Búzio - Vale de Cambra, pela Associação Metropolitana de Serviços, pela Junta de Freguesia de Ermesinde, pela Santa Casa da Misericórdia da Maia e pela Universidade Portucalense.

1.5.3.2 Parcerias e Colaboração Transnacional

Embora o reforço das relações com entidades parceiras e o estabelecimento de novas parcerias seja uma constante nas linhas que pautam a actividade da Cidade das Profissões, era fundamental investir no alargamento da rede de parceiros. Tal concorreu para a Cidade das Profissões chegar a novos públicos, consolidar a sua intervenção e, em particular, reforçar o seu perfil integrador da informação dispersa pelos recursos locais, promovendo uma resposta de qualidade e mais eficaz a todos os cidadãos.

1.5.3.2.1 Parcerias Locais O reforço das relações com entidades parceiras e o estabelecimento de novas parcerias é uma constante nas linhas que pautam a actividade da Cidade das Profissões. Embora seja da responsabilidade da Cidade das Profissões a escolha das temáticas a explorar, as actividades mensais são desenvolvidas em estreita colaboração com outras entidades. Com efeito, as entidades parceiras participam activa e regularmente na organização das diversas sessões e iniciativas.

Durante o ano de 2010, no sentido de realizar parcerias e alianças estratégicas que contribuíssem para a qualidade e relevância da actividade da Cidade das Profissões, foram realizadas 98 reuniões com diversas entidades, donde se destacam:

a) Entidades de ensino - Agrupamento Vertical de Escolas do Cerco, EB 2/3, Escola EB 2/3 Augusto Gil, Escola EB 2/3 Miragaia, Escola EB 2/3 Irene Lisboa, Escola EB 2/3 Nicolau Nasoni, Escola EB 2/3 Pêro Vaz de Caminha, Escola EB 2/3 Paranhos, Escola Secundária António Sérgio, Escola Secundária de Ermesinde, Escola Secundária Artística Soares dos Reis, Escola Secundária

c/3º ciclo Alexandre Herculano, Escola Secundária de Aurélia de Sousa, Escola Secundária de Fontes Pereira de Melo, Escola Secundária c/3º ciclo dos Carvalhos, Oficinas de São José, Profitecla, Colégio de Gaia, Colégio do Carvalhos, Escola Superior Artística Árvore - Cooperativa de Actividades Artísticas, C.R.L, do Porto, Centro de Novas Oportunidades de Valadares, Centro de Novas Oportunidades da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, ISMAI - Instituto Superior da Maia, Instituto de Formação e Gestão Empresarial, lda, IS CET - Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Universidade Católica Portuguesa, Universidade Portucalense do Porto, Instituto Politécnico do Porto, entre outras;

b) Outras entidades - Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, Agência para a Aprendizagem ao Longo da Vida, Academia das Emoções, Anima com Riso, Amigos do Ziki, Associação Nacional de Jovens Empresários, Associação Portuguesa de Técnicos Superiores de Educação Social, Associação Nacional de Contratados do Exército, Associação Metropolitana de Serviços, Centro de Reabilitação Profissional da Areosa, Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, Centro Social do Barredo, Departamento Municipal da Educação e Juventude da CMP, Esther Liska - Consultoria de Imagem, Fundação da Juventude Federação Académica de Coimbra, Federação Académica do Porto, Grupo Auto-Sueco, INOVCapital, Take5, CIG - Comissão para a Igualdade de Género, APDES - Porto G, Net S.A., Núcleo de Investigação do Instituto Superior de Administração e Gestão, Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana, SBI Consulting, Serviço de Psicologia e de Orientação da Escola Secundária da Arrifana, Serviço de Consulta Psicológica de Orientação Vocacional - FPCEUP, PowerCoaching, Twelve Consulting, entre outras.

Em 2010 deu-se continuidade à parceria já estabelecida com a Federação Académica do Porto, tendo-se esta operacionalizado na actualização dos conteúdos do documento “A Entrada no Mercado de Trabalho: Guia para Graduados”.

No ano de 2010, o investimento na diversificação de serviços não teria sido possível sem a participação do tecido empresarial local. De facto, o desenvolvimento e a implementação de duas edições da iniciativa Speed Recruitment assentaram no estabelecimento de uma estreita colaboração com empresas de diversos sectores de actividade económica (cf. Secção 1.5.3.1.5 “Speed Recruitment”).

1.5.3.2.2 Réseau Cité des Métiers Em 2010, a Cidade das Profissões reforçou o seu papel activo no seio da rede internacional Réseau Cité des Métiers.

Todos os anos, em Janeiro, tem lugar o Winter School, um encontro internacional de Cidades das Profissões, para partilha de saberes e experiências, e estímulo à colaboração na Rede. O Winter School 2010 teve lugar em Irún, no País Basco, nos dias 1, 2 e 3 de Fevereiro, tendo a Cidade das Profissões do Porto participado com a presença de três elementos da sua equipa técnica. Foram apresentadas novas ferramentas de trabalho com vista à uniformização de práticas por parte de todas as Cidades das Profissões que integram o Réseau Cité des Métiers. O Winter School constituiu uma oportunidade única para um projecto que está a crescer e que procura desenvolver um trabalho sustentado, assente em saber, em parcerias efectivas e na partilha de boas práticas e reforçou o papel da Cidade das Profissões do Porto como parte integrante e activa de uma rede internacional ao serviço dos cidadãos.

A Cidade das Profissões participou no FSE Amélioration Mutuelle de la Performance des Lieux Intégrés (AMPLI) 2010, tendo estado presente em 4 encontros internacionais, que tiveram lugar em Paris (Março e Junho), Barcelona (Setembro) e Roma (Novembro), e tendo acolhido igualmente no Porto (Maio) representantes das diversas Cidades das Profissões estrangeiras. Esta parceria transnacional, fundamental ao processo de aprendizagem contínua, de crescimento e de maturação da Cidade das Profissões, resultou na produção de novos instrumentos partilhados, dos quais se destacam os Guias “La Qualité dans une Cité des Métiers”, “L’équité Territoriale dans une Cité des Métiers”, “L’accueil dans une Cité des Métiers”.

Ainda ao nível da colaboração internacional, a Cidade das Profissões iniciou a sua participação no “Projet Réseau Européen de Formateurs à l’Intercompréhension de Langues Romanes”, inserido no quadro do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da União Europeia, Sub-Programa

d
Ray
U
J
S

Grundtvig (Parcerias de Aprendizagem). Este projecto, com duração de dois anos (início a 1 de Agosto de 2010 e término a 31 de Julho de 2012), consiste na concepção de uma metodologia de formação promotora da intercompreensão das línguas românicas, por uma rede europeia de formadores em línguas vizinhas - Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (Portugal), Association Mondes Parallèles (França), Sapienza - Università di Roma (Itália). A Intercompreensão constitui-se numa proposta didáctica inovadora que promove a aprendizagem simultânea de várias línguas pertencentes a uma mesma família através da optimização de recursos oferecidos pela proximidade entre as línguas. Esta competência de compreensão plurilingue favorece a comunicação através da compreensão cruzada, uma vez que cada conselheira utiliza a sua própria língua e compreende aquela do seu interlocutor. A metodologia em desenvolvimento destina-se a um público adulto implicado em contextos profissionais multinacionais no sentido de facilitar o intercâmbio de experiências e a mobilidade.

Três Cidades das Profissões do Réseau Cité des Métiers participam neste projecto enquanto formandos, debatendo os desafios que as diferenças linguísticas e culturais colocam às parcerias transnacionais. Porto, Roma, Marselha são as cidades representantes das línguas faladas no seio do Réseau. Este projecto traduz-se num conjunto de mobilidades internacionais com vista, então, ao intercâmbio de práticas e conhecimentos entre os formadores e os colaboradores das quatro cidades das profissões participantes.

A Agência Nacional PROALV atribuiu à Cidade das Profissões uma subvenção de dezasseis mil euros para a realização de 12 mobilidades transnacionais no âmbito da Acção Parcerias de Aprendizagem do Programa Sectorial Grundtvig - Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida. A primeira mobilidade realizou-se nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2010 e teve lugar em Marselha.

1.5.3.3 Visibilidade

Alargar o âmbito de intervenção a novos públicos e parceiros, implica que se invista na visibilidade da actividade das Cidade das Profissões, apostando numa comunicação de proximidade e na exploração dos meios de comunicação e das novas tecnologias e redes de comunicação, diferenciando-a no seu território de intervenção.

O ano de 2010 foi marcado pelo início do processo de rebranding da Cidade das Profissões. Entendeu-se que a imagem projectada pela Cidade das Profissões através dos canais de comunicação que explora deveria traduzir a qualidade e a diversidade de práticas, ser capaz de comunicar com novos públicos e acompanhar a optimização dos serviços.

O esforço de concretização do conceito Cidade das Profissões numa nova imagem traduziu-se na criação de uma nova agenda de actividades em suporte de papel, bem como na concepção da estrutura de um novo website cujo lançamento está previsto para breve.

Em 2010, investiu-se nas novas tecnologias de comunicação 2.0, resultando na visibilidade crescente da Cidade das Profissões nas redes sociais virtuais, nomeadamente LinkedIn, Facebook, Twitter e Blogger.

Acreditando que a visibilidade da marca Cidade das Profissões passa pela adequação da linguagem utilizada nos seus meios de divulgação e na interacção com o seu público-alvo, procurou-se ao longo do ano, personalizar os conteúdos disponibilizados aos utilizadores, empregar uma linguagem mais directa e recorrer a um design mais apelativo e intuitivo. Em suma, em 2010, procurou-se tornar mais “user-friendly” (amigáveis) todos os canais de comunicação com que a Cidade das Profissões interage com os seus utilizadores e através dos quais poderia captar novos públicos.

1.5.3.4 Monitorização

Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2009, em 2010 investiu-se na identificação, análise, revisão e documentação daqueles que são considerados os processos chave no cumprimento da missão da Cidade das Profissões, de forma a consolidar um modelo de gestão que potencie melhorias em todas as áreas de intervenção, e a preparar a implementação de um sistema de gestão da qualidade conducente a longo prazo à certificação segundo a norma NP EN ISO 9001:2008.

No quadro do projecto AMPLI (cf. secção 1.5.3.2.2 “Réseau Cités des Métiers”) foi ainda iniciado o processo de definição e implementação de procedimentos comuns de monitorização da qualidade das práticas de todas as Cidades das Profissões.

A Cidade das Profissões quer ser reconhecida como um serviço de excelência na promoção da empregabilidade e do empreendedorismo, e sê-lo-á, certamente, ao assegurar em permanência a qualidade dos serviços dirigidos a todos os cidadãos e centrados nas suas necessidades.

1.5.4 Recursos Humanos

Decorrente de três estágios profissionais iniciados em 2009, que permitiram colmatar fragilidades então identificadas na equipa técnica, no ano de 2010, a equipa da Cidade das Profissões desenvolveu a sua actividade com um total de dez elementos, um número nunca conseguido até então, o que veio reforçar a estabilização da equipa, e consequente consolidação das práticas, iniciada em 2009.

Acresce ainda que o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Cidade das Profissões resultou no interesse crescente pelo projecto enquanto contexto de estágio e de voluntariado capaz de proporcionar experiências de aprendizagem ricas, pela diversidade de públicos que serve e pela qualidade dos serviços que lhes proporciona. Em 2010, a Cidade das Profissões contou com a colaboração de uma estagiária curricular da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, e de três voluntárias da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

1.6 Infraestruturas de Telecomunicações na cidade do Porto

O projecto de criação da Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA, (PDONT) não teve os resultados esperados devido ao comportamento assumido pelo parceiro privado, Grupo DST, seleccionado por ajuste directo com convite a 5 entidades, para ficar com 49% da sociedade e com o controlo de gestão durante os primeiros 12 anos do projecto. O projecto teve início em 20 de Fevereiro de 2009 e já em Julho 2009 existiam fortes indícios de problemas estruturais com o desenvolvimento do projecto, no entanto durante todo o ano de 2009 e o início de 2010 a Associação Porto Digital foi colmatando as falhas identificadas tentando proteger o andamento do projecto. Num momento em que a parceria com o Grupo DST falhou e que as duas negociações efectuadas ao longo do ano de 2010 com o Grupo DST falharam por intransigência do Grupo DST, interessa medir à data de 31 de Dezembro de 2010 o grau de cumprimento dos objectivos do projecto, o que é feito na secção que se segue.

Foi igualmente criado um documento que relata de uma forma resumida a história do desenvolvimento do projecto, desde o seu planeamento em 2008, passando pela criação do contrato com o Grupo DST em Fevereiro 2009, a rescisão do contrato com o Grupo DST em Fevereiro 2011, e o estado actual da sociedade PDONT, documento esse que foi entregue a cada um dos associados.

1.6.1 Grau de cumprimento dos objectivos do projecto a 31-Dez-2010

Uma vez que a APD aplicou sanções contratuais à PDONT e em Outubro de 2010 iniciou o procedimento com vista à rescisão por incumprimento do contrato, que tinha estabelecido com a PDONT em 20 de Fevereiro 2009, de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede da APD, interessa avaliar qual foi ao longo do tempo, desde Fevereiro de 2009 até Dezembro de 2010, o grau de cumprimento pela PDONT quer dos objectivos definidos no caderno de encargos do procedimento que deu origem à criação da PDONT quer do compromisso de investimento face ao que estava previsto na proposta apresentada pelo Grupo DST.

Uma das dificuldades de se avaliar o grau de cumprimento é que existe um conjunto de objectivos bastante diverso, a cumprir até determinados momentos no tempo e com dificuldades diferentes para a sua concretização. Assim sendo existem objectivos que praticamente não obrigam à realização de obras de construção civil, objectivos que podem obrigar a mais de 1 Km de

d
P
A
J.L.
S

construção civil, objectivos muito importantes para quem criou o caderno de encargos (a APD), objectivos de importância secundária, etc.

Uma vez que o caderno de encargos quando fala em incumprimento não distingue o incumprimento de um objectivo *fácil* do incumprimento de um objectivo *difícil*, e a *importância* para a APD de um dado objectivo é um conceito subjectivo, optou-se pelo seguinte:

1. Recorrer somente a dados objectivos e com prova documental, neste caso o momento em que o ponto é dado como activado na acta da reunião de obra e o momento em que as comunicações são activadas e portanto o gráfico dos testes de comunicação começa a ter dados de tráfego
2. Usar como unidade de tempo a semana já que as reuniões de obra são semanais (embora só tenham ocorrido 57 reuniões de obra ao longo das 98 semanas de projecto para o período entre 20 de Fevereiro 2009 e 31 de Dezembro de 2010 e a última reunião de obra já tenha ocorrido em Janeiro 2011), pelo que a precisão dos dados extraídos das actas das reuniões de obra é aproximadamente de uma semana
3. Para a informação da execução física e financeira usar a informação existente nos autos de medição, dividindo de uma forma homogénea o montante de execução apresentado no auto de medição pelo nº de semanas cujo 1º dia ocorre no período de tempo a que o auto de medição diz respeito, de modo a obter a informação que representa, em termos aproximados, a execução semanal do projecto
4. O grau de incumprimento ser calculado à custa de cinco tipos de medições, que representam visões alternativas e complementares do grau de incumprimento:

Dimensão do incumprimento ao longo do tempo: Em cada uma das semanas do projecto contar sem os distinguir entre si o nº de pontos obrigatórios que deveriam estar activos numa dada data e o nº de pontos obrigatórios efectivamente activos nessa data. Para esta contagem a Fase 1.1 representa 46 pontos obrigatórios (eram 47, incluindo um ponto por bairro social e um ponto por WiFi por bairro social, mas a APD para além de trocar dois pontos obrigatórios por outros dois mais fáceis transferiu uma escola EB1 para a Fase 2), a Fase 1.2 representa 29 pontos obrigatórios, a Fase 2 representa 54 pontos obrigatórios (incluindo uma escola EB1 que fechou pelo que se considera o ponto automaticamente cumprido e incluindo a escola EB1 que transitou da Fase 1.1), e a Fase 3 representa 96 pontos obrigatórios (conforme definido nos esclarecimentos ao caderno de encargos incluiu-se os estabelecimentos de ensino que se sabia existirem e estarem em funcionamento a 75 dias do limite do prazo). Sempre que existe falta de equipamento activo pelo que as comunicações não podem ser efectuadas o ponto é considerado não ligado (isto é, em falta), no entanto não se distingue se o *media converter* foi emprestado pela APD ou adquirido pela PDONT, desde que isso permita colocar o sinal activo

Atraso de cada ponto obrigatório: Para cada ponto obrigatório de cada uma das fases contar quantas semanas teve de atraso antes de ter sido ligado. Números negativos representam ter sido ligado antes de terminar o prazo limite.

Grau de execução física e financeira ao longo do tempo: Comparar o consumo de orçamento ao longo das semanas do projecto com o grau de execução física.

Atraso do sinal de TV em cada um dos Bairros Sociais: Ao nível de cada um dos bairros sociais considerar que o ponto obrigatório bairro social propriamente dito está activo no momento em que ele pela primeira vez é ligado (isto é, pelo menos um apartamento possui sinal de TV, esse efeito é incluído no nº total de pontos obrigatórios ligados), e em separado tentar avaliar em que momento a esmagadora maioria (optou-se por considerar 95%) dos apartamentos estão em condições de terem o sinal de TV activo, este nº é medido em semanas de atraso face ao prazo previsto. Note-se que este trabalho de activar o sinal em cada apartamento, dado a recusa da PDONT em o fazer,

acabou por ser realizado pela APD, no entanto para efeitos do cumprimento não se distingue quem resolveu o problema, só se considera o momento no tempo em que se atingiu esse objectivo de estarem aproximadamente 95% dos apartamentos requalificados do bairro com o sinal activo

Grau final de execução do projecto e de cada uma das fases: Conjunto de percentagens que representam à data de Dezembro de 2010 o grau de execução da componente de construção civil — medindo a percentagem de construção civil executada face aos 1000 Km previstos (que representam 99% de cobertura geográfica da cidade) —, o grau de execução da colocação de fibra óptica, o grau de execução da colocação de equipamento activo, a percentagem de tempo decorrido face aos perto de 5 anos (1784 dias) do projecto, e a percentagem de execução financeira face ao orçamento global do projecto.

Apresenta-se seguidamente os gráficos ou valores obtidos para cada uma destas cinco medições e faz-se a análise crítica dos resultados obtidos. O objectivo é avaliar até que ponto a comissão executiva da PDONT tem razão quando afirma que aquilo que parecia um caos absoluto do desenrolar do projecto “*afinal não é mais do que meia dúzia de problemas com algumas caixas sem fechadura e meia dúzia de pontos por ligar*”. O conteúdo da secção que se segue demonstra que o problema é bastante mais grave.

1.6.1.1 Dimensão do incumprimento ao longo do tempo

Ver Figura 1.2. Note-se que independentemente de alguns pontos irem sendo ligados o nº de pontos em atraso a partir de 20 Junho 2009 nunca conseguiu passar abaixo dos 40, e à medida que o tempo passa o estado do projecto em termos do nº total de pontos obrigatórios em falta só tem tendência para piorar pelo que o projecto ficou fora de controlo (em Dezembro 2010 continuam a faltar 131 dos 225 pontos obrigatórios existentes no conjunto das Fases 1.1, 1.2, 2 e 3). Para além disso não só a PDONT propositadamente não entregou a informação técnica relativa às caixas na via pública pelo que a CMP deixou de aprovar projectos, como também a DST relativamente aos poucos projectos que nessa altura tinha aprovados optou por deixar caducar a autorização ao fim de 90 dias sem a utilizar.

No que diz respeito a esta medição a conclusão que se extrai do gráfico é que existe um nível elevado de incumprimento.

1.6.1.2 Atraso de cada ponto obrigatório

As Figuras 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 apresentam, respectivamente, o atraso em semanas medido até 31 de Dezembro de 2010 da ligação de cada um dos pontos obrigatórios da Fase 1.1, Fase 1.2, Fase 2 e Fase 3.

Destes quatro gráficos conclui-se que existiu atraso significativo em cada uma das quatro fases cujo prazo já terminou e que nenhuma das fases pode ser dada por concluída. Note-se que a Fase 1.1 vai necessitar de cerca de 2 meses após a aquisição do equipamento WiFi para poder ser dada por concluída, a Fase 1.2 (Teatro Rivoli) só não é concluída por teimosia da comissão executiva da PDONT em não entregar à CMP a informação técnica sobre as caixas de visita a colocar na via pública¹, a Fase 2 está cerca de dois terços concluída, e a Fase 3 continua por assim dizer a zero.

1.6.1.3 Grau de execução física e financeira ao longo do tempo

As Figuras 1.7, 1.8, e 1.9 apresentam, respectivamente, informação relativa à execução física da construção civil (criação de condutas), colocação de fibra óptica, e aquisição e colocação de equipamento activo. A Figura 1.10 mostra a execução do orçamento. Note-se que a proposta da DST continha uma execução média mensal superior a 1 milhão de euros, o que obviamente não foi efectuado.

¹Teimosia com um objectivo claro. Tentar que a CMP não aprove uma área superior a 25% da cidade durante um período superior a 9 meses de modo a, de acordo com os termos do caderno de encargos, poder rescindir o contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede da APD.

↓
P
C
H
JWS

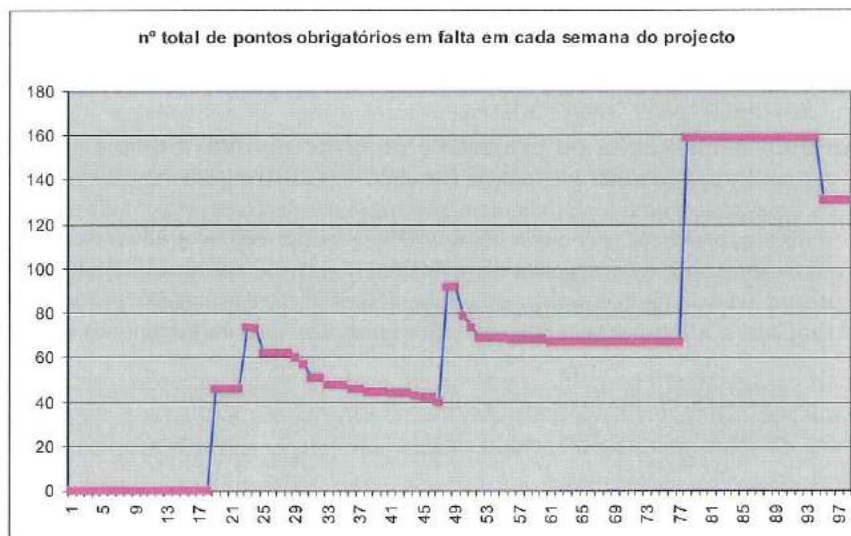


Figura 1.2: Nº total de pontos obrigatórios em falta ao longo das 98 semanas de projecto no período 20 de Fevereiro 2009 a 31 de Dezembro 2010. O 1º pico ocorre com o fim da Fase 1.1 a 20 de Junho 2009 (semana 19), o 2º pico com o fim da Fase 1.2 a 20 de Julho 2009 (semana 23), depois o grau de incumprimento decresce à medida que alguns pontos vão sendo ligados (a primeira descida significativa ocorre no início de Agosto 2009 com a ligação da maioria dos bairros sociais), o 3º pico ocorre com o fim da Fase 2 a 9 de Janeiro 2010 (semana 48), decresce pouco depois com a instalação de *media converters* nomeadamente nas Juntas de Freguesia, passa a decrescer lentamente até ter um novo pico com o fim da Fase 3 a 9 de Agosto 2010 (semana 78), desde aí só volta a descer no início de Dezembro 2010 com a colocação de um novo grupo de *media converters*. As multas foram aplicadas pela APD na semana 59.

1.6.1.4 Grau final de execução do projecto e de cada uma das fases

1. Grau final de execução do projecto à data de 31 de Dezembro 2010:

- 37890.50 metros de vala convencional (9.47% do total previsto de 400 Km), 226.00 metros de microvala (0.04% do total previsto de 600 Km), no conjunto da vala convencional e da microvala foram executados 3.81% dos 1000 Kms previstos de construção civil
- 54962.50 metros lineares de colocação de fibra óptica em conduta nova (5.56% do total previsto de 988 449.16 metros lineares), 57 592.00 metros lineares de colocação de fibra óptica em conduta existente (este nº flutua, tendo sido aumentado sempre que necessário, por isso na prática vale sempre 100%)
- 228 490.29 € de equipamento activo de telecomunicações (2.25% do total previsto estimado de 10155124.00 €)
- 2 228 446.93 € de custos com o estaleiro (36.63% do total previsto antes de se saber que a CMP ia disponibilizar o terreno para o estaleiro contra uma contrapartida de 50 K€ investido na recuperação do imóvel que se encontra no terreno do estaleiro, a DST não aceitou considerar a disponibilização do estaleiro como se tratando de *trabalhos a menos*, nem assinou o contrato, nem cumpriu a contrapartida solicitada pela CMP)
- 6 023 445.93 € (representa 7.40% do orçamento global do projecto). Conseguiu-se gastar 7.40% do orçamento global do projecto apesar de nas duas principais rubricas de despesas se ter executado somente 3.81% e 2.25% porque 36.97% deste montante representa overheads associados à construção e manutenção do estaleiro.



↓
 Pray
 Ull
 Jhu
 Jhu

Figura 1.3: Atraso medido em semanas da ligação para cada um dos 46 pontos obrigatórios da Fase 1.1. A maioria dos pontos obrigatórios desta fase atrasou-se cerca de 10 semanas, os 14 pontos que à data de 31 de Dezembro 2010 possuem 80 semanas de atraso são aqueles que nunca chegaram a ser ligados (o WiFi em cada um dos 14 bairros sociais).

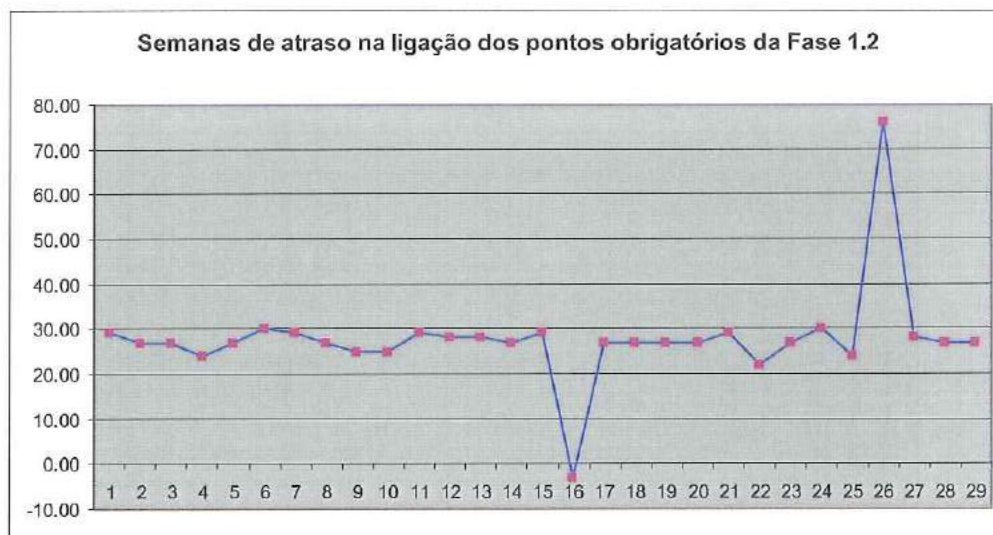


Figura 1.4: Atraso medido em semanas da ligação de cada um dos 29 pontos obrigatórios da Fase 1.2. A maioria dos pontos obrigatórios desta fase atrasou-se cerca de 25 semanas, somente um ponto foi ligado antes do prazo (o Queimódromo) pelo que tem um atraso negativo, o ponto que à data de 31 de Dezembro 2010 possui 76 semanas de atraso é o Teatro Rivoli, que continua por ligar (uma vez que a comissão executiva da PDONT se recusa a entregar à DMVP da CMP a informação técnica sobre as caixas de visita a colocar na via pública, pelo que a CMP indeferiu todos os projectos pendentes de aprovação).

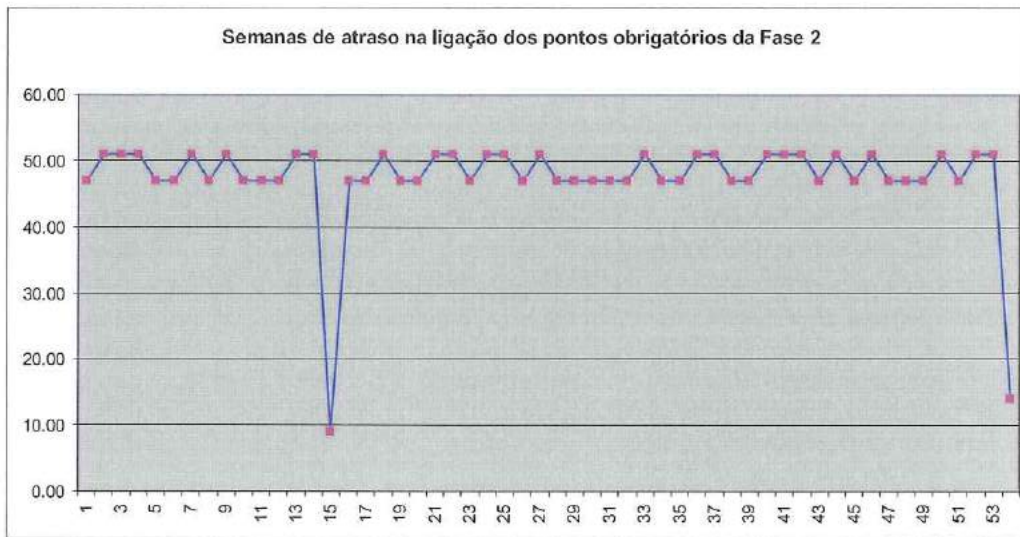


Figura 1.5: Atraso medido em semanas da ligação de cada um dos 54 pontos obrigatórios da Fase 2 (escolas EB1). Os 24 pontos acima das 50 semanas de atraso representam as escolas EB1 que à data de 31 Dezembro 2010 ainda não estão ligadas, o grupo de escolas EB1 ligeiramente abaixo de 50 semanas representam as 28 escolas que foram ligadas no início de Dezembro 2010, os dois pontos com pequenos atrasos representam uma escola que nessa data fechou pelo que o objectivo passou a estar cumprido e uma escola que não foi ligada por instruções da Domus Social.

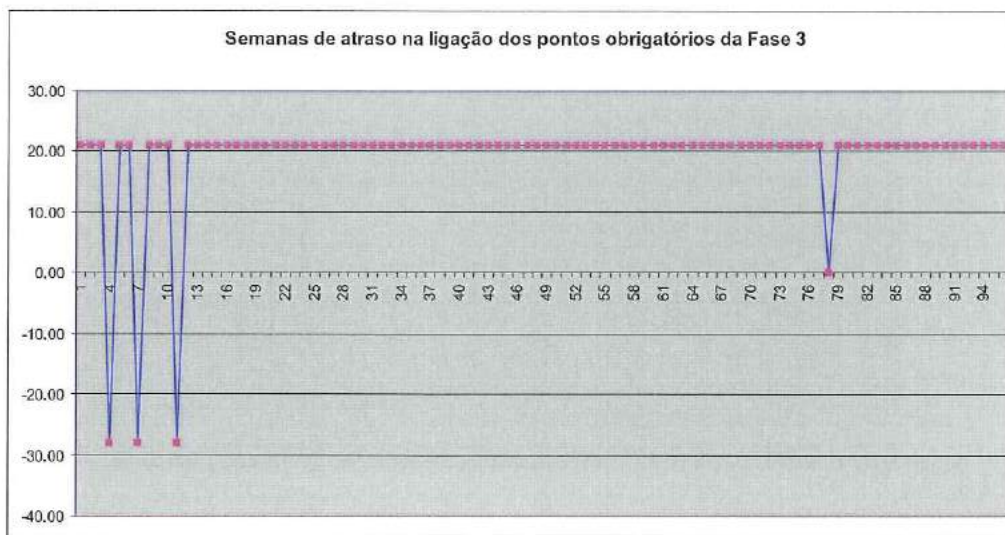


Figura 1.6: Atraso medido em semanas da ligação de cada um dos 96 pontos obrigatórios da Fase 3 (todo o restante ensino público e privado). A esmagadora maioria dos pontos obrigatórios desta fase não foram ligados (atraso de cerca de 20 semanas à data de 31 de Dezembro 2010), exceptua-se os casos em que a maioria do trabalho foi feito e ficou a faltar a autorização da DREN para intervir dentro do recinto da escola, pelo que, em termos de atraso, o ponto foi dado por concluído (estes pontos ficaram com atraso negativo ou nulo).

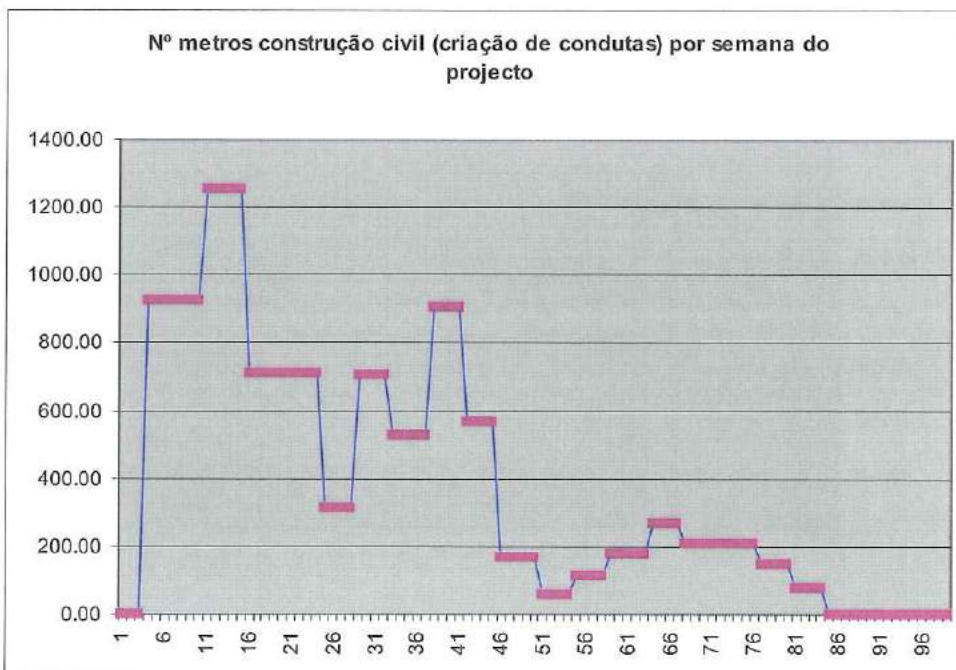
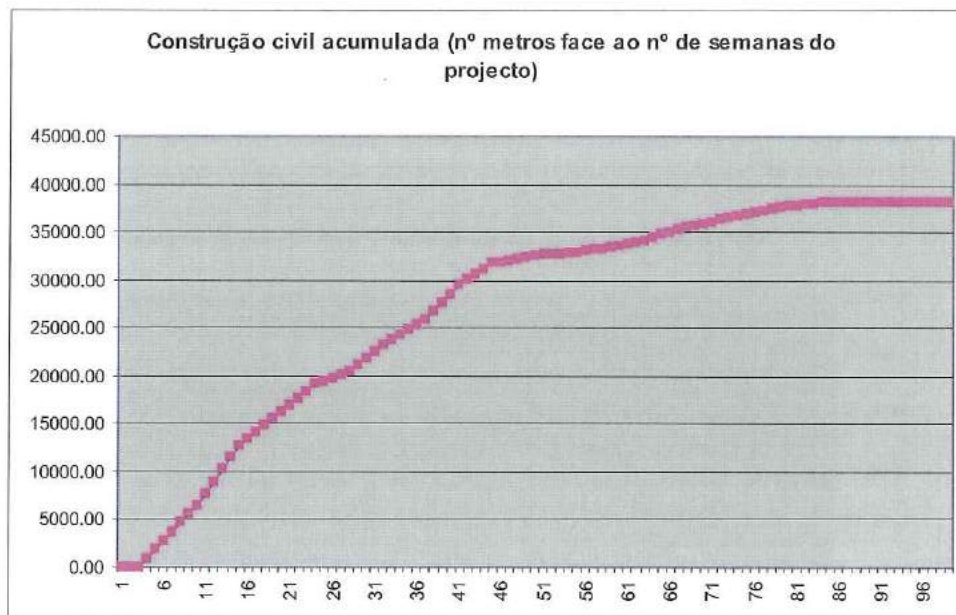


Figura 1.7: Total acumulado e construção civil executada em cada semana do projecto. Nota-se a redução muito significativa do ritmo de construção a partir do fim do ano de 2009 (altura em que a DST decidiu não tentar cumprir o contrato). A quebra de produtividade por volta da semana 26 representa o período de férias em Agosto 2009, o aumento de produtividade por volta da semana 56 ocorreu quando a APD iniciou conversações para a renegociação do contrato com a DST, as multas foram aplicadas na semana 59, mal a DST definiu a estratégia que pretendia seguir parou de aumentar a produção e foi reduzindo-a até zero. O total de construção foram 38.116 metros lineares (o objectivo eram 1000 Kms, isto é, 1 milhão de metros lineares, de modo a cobrir 99% da cidade).

A
 [assinatura]
 [assinatura]
 [assinatura]

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97

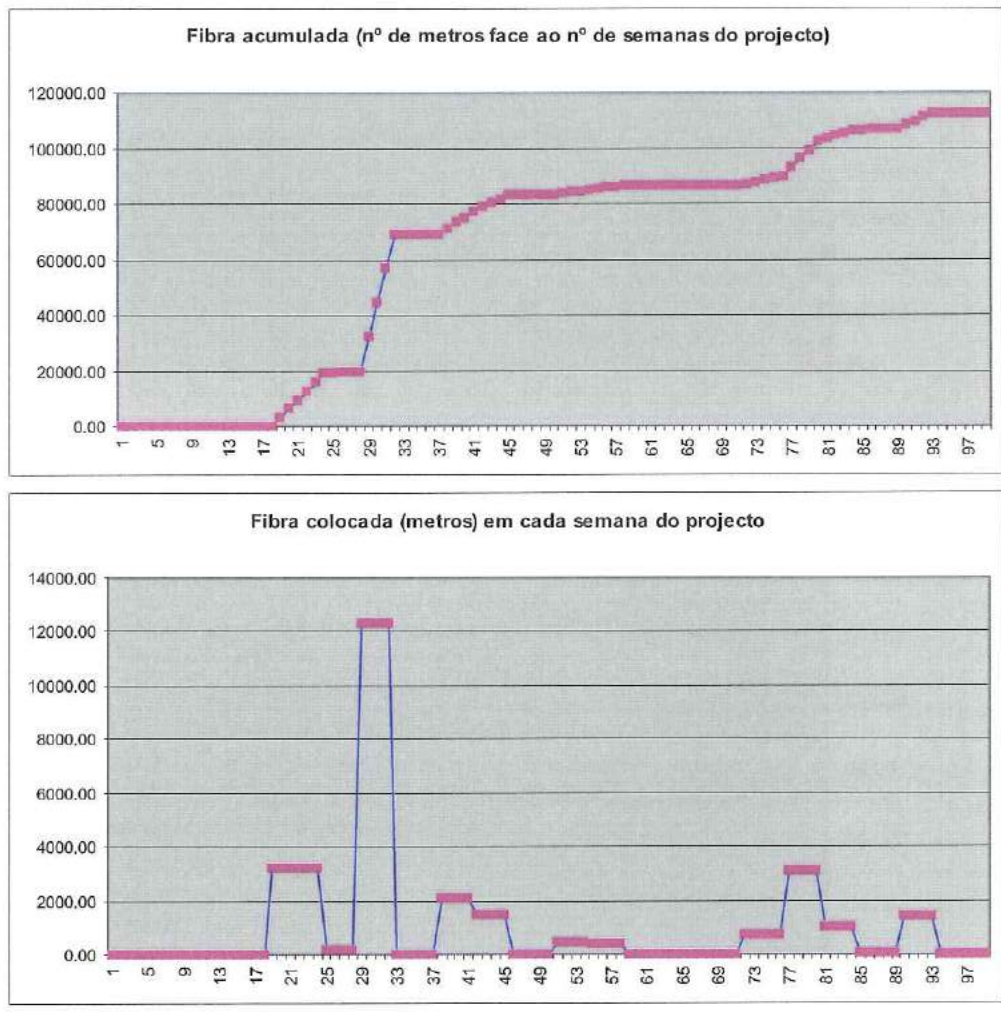


Figura 1.8: Total acumulado e fibra óptica colocada em cada semana do projecto. O único dado de realce é que a fibra começou a ser colocada excessivamente perto do fim da Fase 1.1 o que contribuiu para o atraso da ligação dos pontos da Fase 1.1, e não havia razão para isso. Para além disso, embora isso não seja visível neste gráfico, podia-se facilmente ter colocado bastante mais fibra o que à custa de um pequeno investimento teria contribuído para reduzir o grau de incumprimento à data de 31 de Dezembro de 2010 da Fase 2, e isso não foi feito.

A
May
all
file
just

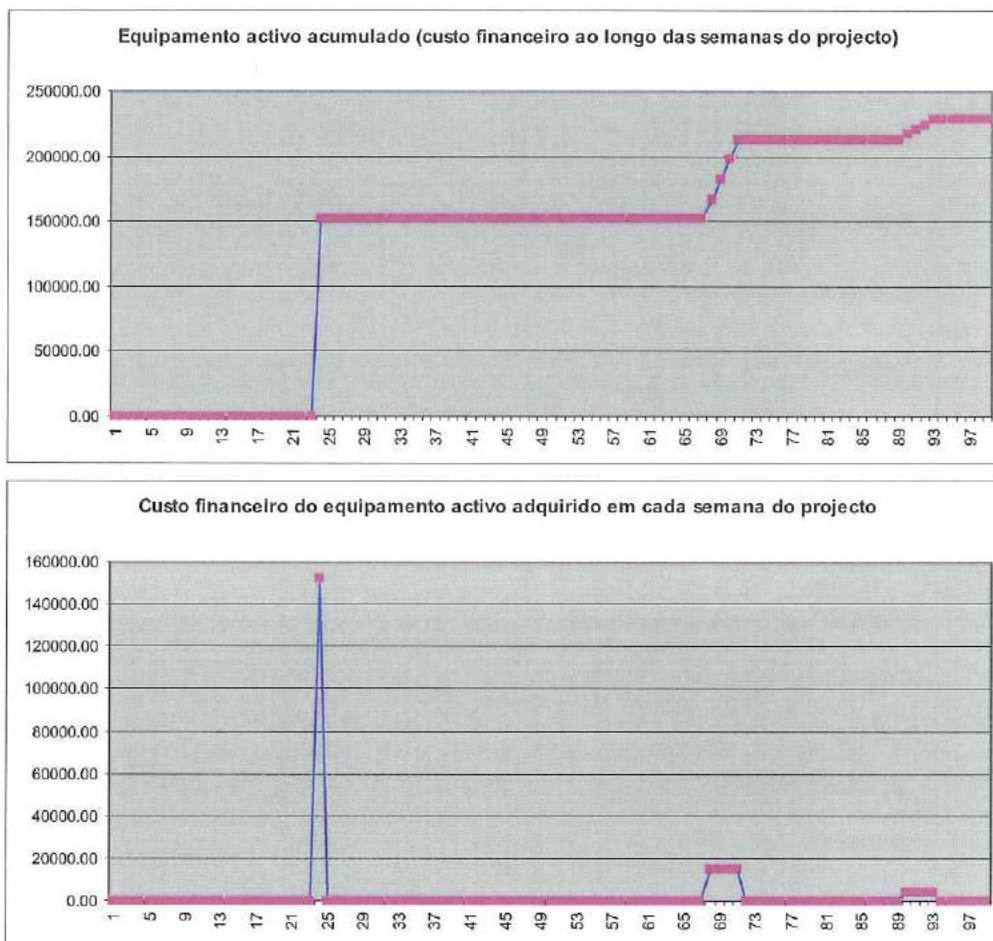


Figura 1.9: Total acumulado e equipamento activo adquirido em cada semana do projecto. De realçar a aquisição inicial excessivamente tardia de equipamento activo (encomadado a 15 de Junho 2009 recebido a 23 de Julho 2009), o que contribuiu para o atraso da Fase 1.1, os restantes dois picos, que ocorreram igualmente fora de prazo, representam equipamento adquirido para a Fase 1.2 e para a Fase 2 (embora no primeiro dos últimos 2 picos o atraso não tenha sido tão grande como parece mostrar o gráfico já que o equipamento foi primeiro colocado e só mais tarde apareceu nos autos de medição).

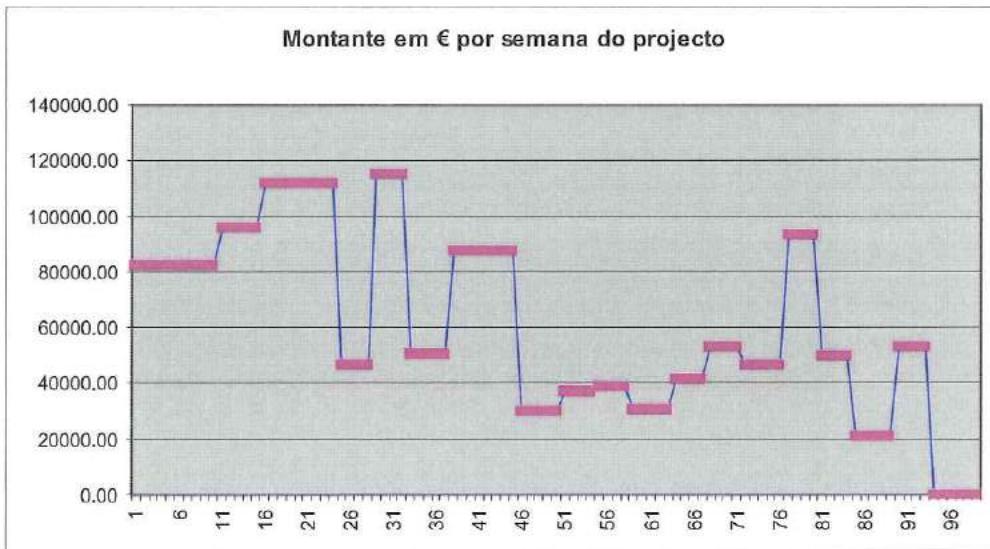
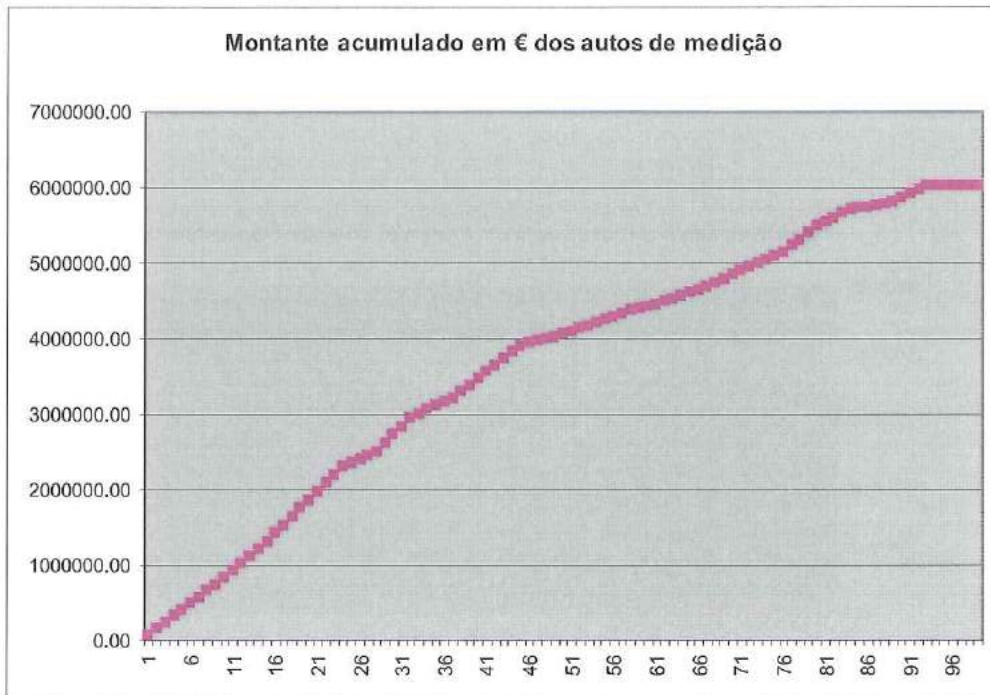


Figura 1.10: Total acumulado e montante semanal da execução financeira reportada nos autos de medição. De realçar que mesmo quando a DST está por assim dizer parada ou quase parada, isto é analisando os gráficos das Figuras 1.7 1.8 e 1.9, o montante semanal de construção civil colocação de fibra óptica ou aquisição de equipamento activo é nulo ou muito baixo, existe uma fatia muito significativa mensal (100.394,20 €) relativa ao estaleiro (o que refira-se, é incorrecto, já que o espaço do estaleiro foi cedido pela CMP e a DST não executou as contrapartidas acordadas, pelo que o valor associado ao custo fixo de estar parado, está muito exagerado e ainda por cima a ausência de actividade é uma decisão da DST). O montante só se reduziu a zero quando em Novembro 2010 a DST decidiu suspender a obra (mesmo assim no início de Dezembro de 2010 a DTE ainda efectuou algumas colocações de equipamentos activos nas escolas EB1).

Descrição	2009	2010	Previsão 2011
Levantamento e digitalização processos loteamento	4584.00	0.00	0.00
Serviço de helpdesk telefónico (12 horas diárias)	8622.00	18079.20	18079.20
Largura banda acesso internet	22000.00	26400.00	14400.00
Manutenção equipamentos	11094.33	66566.00	66566.00
Recursos humanos telecomunicações	60505.67	103724.00	103724.00
Recursos humanos helpdesk terreno	11861.70	38677.43	16492.43
Fiscalização da obra PDONT	3360.00	36960.00	0.00
Material helpdesk	387.98	1163.94	1000.00
Total	122415.68	291570.57	220261.63

Tabela 1.1: Despesas extraordinárias APD no âmbito da rede telecomunicações (valores s/ IVA)

Note-se que algumas destas despesas representam serviços solicitados pela Comissão Executiva da PDONT, sendo suposto serem reembolsadas mais tarde, mas quando a APD solicitou o reembolso dessas despesas e de uma parte das despesas restantes a nota de débito foi devolvida pela PDONT acompanhada de uma nota lacónica com uma assinatura ilegível: “*da análise efectuada, não é possível o tratamento contabilístico do documento em anexo, dado que não existe qualquer documento de suporte que valide a prestação de serviços em causa*”.

1.7 Conclusão

Estando concluído o projecto Porto Digital a APD iniciou o desenvolvimento de novos projectos com a Câmara Municipal do Porto (DMSI, DMEJ, DMFP, DMC, GEP), com a SRU (Morro da Sé e Mouzinho Flores), e com a Área Metropolitana do Porto (iPorto e área da educação).

A Cidade das Profissões continuou a funcionar de uma forma autonomizada (processo iniciado em 2008), reforçou-se a equipa técnica, redefiniu-se a missão e a divulgação do projecto e fomentou-se contactos com potenciais parceiros.

A componente de telecomunicações da APD foi autonomizada no início de 2009, o processo falhou por responsabilidade do parceiro privado seleccionado, tendo em 2011 a APD retomado o controlo e o desenvolvimento deste projecto da criação na cidade do Porto de um operador neutro de telecomunicações.

No âmbito das sanções contratuais aplicadas à sociedade PDONT por incumprimento dos prazos de execução do projecto foi emitida à PDONT a nota de débito nº 95 no montante de 4.272.624,96 € (quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil e seiscentos e vinte e quatro euros e noventa e seis cêntimos), estando a APD a fazer todas as diligências no sentido do seu recebimento.

Neste momento está-se a procurar fontes alternativas e complementares de financiamento que permitam à Associação Porto Digital reforçar a capacidade de actuação durante 2011. O objectivo é que dentro do prazo de dois anos se encontre equilibrada a situação económico-financeira da APD.

Foi submetida pela APD em Maio 2010 e aprovada em Abril 2011 uma candidatura no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte — Congressos Internacionais, para se realizar no Porto o Techmedia Forum Invest Europe 2011, a organização deste congresso é em parceria com a APDC — Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A Associação Porto Digital não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

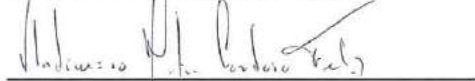
Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, no montante de -287 200,92 € (duzentos e oitenta e sete mil e duzentos euros e noventa e dois cêntimos), seja levado à conta de Resultados Transitados.

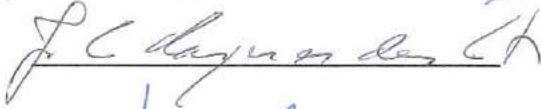
Para terminar, o Conselho de Administração agradece o apoio do ROC, bem como a colaboração das entidades bancárias e oficiais que conosco colaboraram.

Porto, 14 de Junho de 2011

O Conselho de Administração









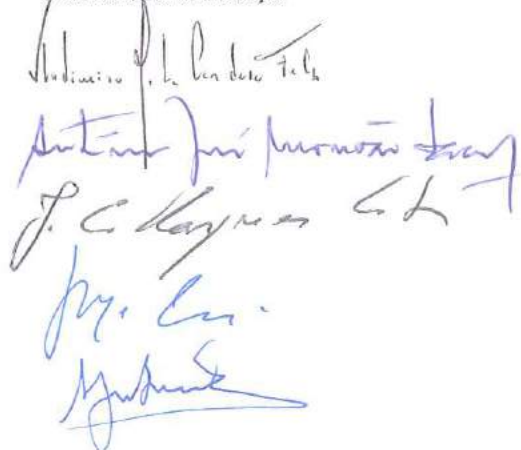


Moeda: EUR
 Unidade: Euros
 Contribuinte: 506838730

Balanço

Rubricas	Notas	2010	2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	1,558,879.09	1,743,835.21
Activos Intangíveis	6	481.56	0.00
Participações financeiras (método do custo)	5/8	0.00	25,500.00
Subtotal		1,559,360.65	1,769,335.21
Activo corrente			
Clientes	14	45,456.00	103,040.00
Outras contas a receber	14	208,865.67	568,367.19
Diferimentos	14	40,081.97	3,655.88
Caixa e depósitos bancários	4/14	13,031.08	28,992.95
Subtotal		307,434.72	704,056.02
Total do activo		1,866,795.37	2,473,391.23
Fundo Social e Passivo			
Fundo Social			
Fundo realizado	14	45,000.00	45,000.00
Outras reservas	14	15,696.27	0.00
Resultados transitados	14	268,401.82	122,361.72
Outras variações de fundo social	11	1,181,946.52	1,488,357.77
Subtotal		1,511,044.61	1,655,719.49
Resultado líquido do exercício		-267,200.92	156,962.72
Total do fundo social		1,223,843.69	1,812,682.21
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Subtotal		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	14	59,349.61	2,646.25
Estado e outros entes publicos	14	32,587.39	31,292.82
Financiamentos obtidos	14	405,000.00	335,000.00
Outras contas a pagar	14	132,150.68	291,769.95
Diferimentos	14	13,864.00	0.00
Subtotal		642,951.68	660,709.02
Total do passivo		642,951.68	660,709.02
Total do fundo social e do passivo		1,866,795.37	2,473,391.23

O Conselho de Administração



O Técnico Oficial de Contas



Moeda: EUR
Unidade: Euros
Contribuinte: 506838730

Demonstração de resultados por naturezas

Pos	Conta	Neg	Rendimentos e Gastos	Notas	2010	2009
71/72			Vendas e serviços prestados	9	58,200.00	136,700.00
75			Subsídios à exploração		749,592.73	791,145.92
785	685		Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conj.		0.00	0.00
73			Variação de Inventários na produção		0.00	0.00
74			Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
		61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
		62	Fornecimentos e serviços externos		-516,936.59	-357,283.42
		63	Gastos com pessoal	15	-573,150.98	-464,956.02
7622	652		Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
7621	651		Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4,272,624.96	0.00
763	67		Provisões (aumentos/reduções)		0.00	0.00
7623/4; 7627/E	653/4; 657/8		Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		-25,500.00	0.00
77	66		Aumentos / Reduções de justo valor		0.00	0.00
781/4; 786/8			Outros rendimentos e ganhos	11	4,656,761.59	1,173,997.38
	681/4; 686/8		Outros gastos e perdas		-1,442.44	-2,631.31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos					74,899.35	1,276,972.55
761	64		Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6/7	-351,313.02	-1,103,508.43
7625/6	655/6		Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)					-276,413.67	173,464.12
79			Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
		69	Juros e gastos similares suportados		-10,787.25	-16,501.40
Resultado antes de impostos					-287,200.92	156,962.72
	812		Impostos sobre o rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período					-287,200.92	100,652.05
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período						
Resultado líquido do período atribuível: (*)						
Detentores do capital da casa mãe						
Interesses minoritários						
Subtotal						
Resultado por acção básico						

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

O Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Moeda: EUR
Unidade: Euros
Contribuinte: 506830730

Demonstração das alterações no fundo social no período 2009

DESCRIÇÃO	Fundo social atribuído aos acionistas do capital da empresa											Total	Interesses minoritários	Total do Fundo Social	
	NOTAS	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de fundo social	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas	Reservados	Reservados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização				Outras variações do fundo social
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	45.000,00								137.038,71	-16.422,94	58.056,62	223.672,39	0,00	223.672,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Alterações de políticas contabilísticas													0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													80.728,04	1.488.357,77	1.432.047,10
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo social													58.056,62	-58.056,62	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.038,71	1.488.357,77	-58.056,62	1.432.047,10	0,00	1.432.047,10
RESULTADO INTEGRAL	3												156.952,72	156.952,72	156.952,72
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3												58.906,10	1.589.009,82	1.589.009,82
Realizações de capital													0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão													0,00	0,00	0,00
Distribuições													0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas													0,00	0,00	0,00
Outras operações													0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6=1+2+3+5	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	137.038,71	122.361,72	0,00	1.812.682,21	0,00	1.812.682,21

O Conselho de Administração

António José Monteiro da Silva

J. C. Rodrigues

José Luís

Agostinho

O Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature]

Moeda: EUR
Unidade: Euros
Contribuinte: 50693730

Demonstração das alterações no fundo social no período 2010

DESCRIPÇÃO	Fundo social atribuído aos detentores do capital da empresa											Total	Inversões minoritárias	Total do Fundo Social
	NOTAS	Capital realizado	Acções (quótas) próprias	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no fundo social	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	6	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.361,72	0,00	0,00	1.488.357,77	156.962,72	1.812.682,21	0,00	1.812.682,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no fundo social						15.696,27	146.040,10			-306.411,25	-156.962,72	-301.637,60		-301.637,60
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	0,00	0,00	0,00	15.696,27	146.040,10	0,00	0,00	-306.411,25	-156.962,72	-301.637,60	0,00	-301.637,60
RESULTADO INTEGRAL	8													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9-7+8													
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	10	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	268.401,82	0,00	0,00	1.181.946,52	-287.200,92	1.223.843,69	0,00	1.223.843,69
	6+7+8-10													

O Conselho de Administração

António José Monteiro Soares
J. C. Soares
José Luís
Aguiar

O Técnico Oficial de Contas

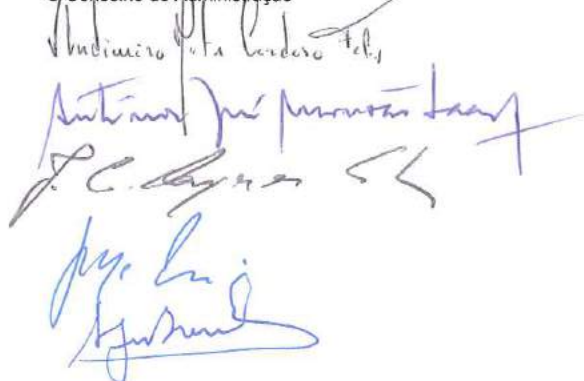
João

Moeda: EUR
 Unidade: Euros
 Contribuinte: 506838730

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

Rubricas	Notas	2010	2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		250,863.60	95,529.09
Pagamentos a Fornecedores		-505,321.66	-357,719.21
Pagamentos ao Pessoal		-567,471.23	-416,464.99
Caixa geradas pelas operações		-821,929.29	-678,655.11
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		860,494.90	857,895.67
Fluxos das actividades operacionais (1)		38,565.61	179,240.56
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-113,017.93	-200,480.13
Activos Intangíveis		-722.30	-72,360.00
Investimentos financeiros		0.00	-25,500.00
Outros Activos		0.00	0.00
Subtotal		-113,740.23	-298,340.13
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0.00	0.00
Activos Intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		0.00	0.00
Outros Activos		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Subtotal		0.00	0.00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-113,740.23	-298,340.13
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		695,000.00	470,000.00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Subtotal		695,000.00	470,000.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-625,000.00	-320,000.00
Juros e gastos similares		-10,787.25	-16,501.40
Dividendos		0.00	0.00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Subtotal		-635,787.25	-336,501.40
Fluxos de actividades de financiamento (3)		59,212.75	133,498.60
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-15,961.87	14,399.03
Efeitos das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		28,992.95	14,593.92
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	13,031.08	28,992.95

O Conselho de Administração



O Técnico Oficial de Contas



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

Associação Porto Digital

Sede

Rua das Flores, 152, no Porto

NIPC

506838730

Natureza da actividade

A Associação Porto Digital (APD) foi constituída em 22 de Novembro de 2004, e tem por objectivo "promover a criação de uma comunidade digital, congregando todos os agentes no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a evolução para uma Sociedade da Informação e do Conhecimento, que possa estar ao alcance de todos."

O Projecto Porto Digital 001/8.1/C/NOR (orçamento aprovado de 9.127.000,00 € dos quais 9.070.967,69 € das despesas apresentadas foi considerado elegível), englobou seis categorias de sub-projectos:

- INF - Sub-projectos de Infraestrutura - que pretendem fornecer os serviços básicos (o equivalente à energia, comunicações, água e saneamento do Porto Digital) e desta forma permitir o acesso ao mundo digital.
- DIN - Sub-projectos de Dinamização - que pretendem dinamizar as comunidades reais e seduzi-las para o mundo digital, fornecendo ao mesmo tempo suporte para interagirem no mundo real. Inclui a produção e disponibilização de conteúdos didácticos, científicos, informativos, turísticos, lúdicos e culturais, e a promoção da acessibilidade à sociedade da informação de todos os estratos sociais (massificação).
- ACE - Sub-projecto de Acessibilidades - que pretende espalhar pela cidade pontos de acesso à Internet e aos serviços disponibilizados pelo Porto Digital.
- GOV - Sub-projectos de e-Government - abrangendo a reformulação dos processos administrativos, a criação do e-cidadão, a melhoria da qualidade de vida e a adição de transparência ao governo local.
- SEC - Sub-projectos sectoriais - que representam uma intervenção ao nível de uma área sectorial, neste caso ao nível do emprego, da economia e da cultura. Pretende-se assim a modernização do tecido económico e o aumento da competitividade através de acções de cooperação empresarial, investigação e desenvolvimento, atracção do investimento, aumento da produtividade e aumento do emprego qualificado.
- COO - Sub-projecto de Acompanhamento e Gestão - que pretende coordenar e gerir os esforços de modo a aproveitar sinergias e garantir que os objectivos propostos são atingidos.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

Todos os valores apresentados estão expressos em euros

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Enquadramento

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respectivamente, nos Avisos n.ºs 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2009 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do exercício de 2010.

Adopção pela primeira vez das NCRF - divulgação transitória

Até 31 de Dezembro de 2009, a Associação elaborou, aprovou e publicou, para efeitos de cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Em 31 de Dezembro de 2010, a preparação destas demonstrações financeiras foi efectuada de acordo com o SNC. O período de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi reexpresso de forma a estar de acordo com o SNC. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, foram efectuados de acordo com a NCRF 3 -





Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e foram registados em resultados transitados, ou, se apropriado, noutro item do Capital próprio, conforme estabelece esta norma.

As principais diferenças de políticas contabilísticas com impacto nas demonstrações financeiras da APD são as seguintes:

- i) O POC permitia a capitalização de algumas despesas que, de acordo com o SNC, devem ser imediatamente reconhecidas como gastos do exercício. À data da transição, foram desreconhecidas as despesas daquela natureza, líquidas de amortizações acumuladas, que não satisfaziam os critérios de reconhecimento como activo da NCRF 6 - Activos intangíveis;
- ii) O registo dos investimentos financeiros em Entidades associadas passou a ser efectuado pelo método do custo;
- iii) Reconhecimento das contas a receber e a pagar pelo valor descontado, sempre que aplicável;
- iv) Foram anulados os gastos diferidos que não cumprem o conceito de activo definido na estrutura conceptual do SNC;
- v) Os subsídios de investimento, que se encontravam registados como proveitos diferidos, passaram a ser registados a crédito da rubrica de Fundos Patrimoniais - Outras variações nos fundos patrimoniais;
- vi) Registo dos investimentos e empresas filiais e associadas pelo método da equivalência patrimonial;
- vii) Reclassificação dos gastos e proveitos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial para gastos operacionais;
- viii) O SNC não contempla a existência de resultados extraordinários.

Os efeitos no Balanço em 1 de Janeiro de 2009 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC para as demonstrações financeiras reexpressas, em conformidade com o SNC em vigor a 1 de Janeiro de 2010, detalham-se da seguinte forma:

Balanço em 1 de Janeiro de 2009

Rubricas	POC 31/12/2008	Ajustamentos e reclassificações	SNC 01/01/2009
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	2.567.961,90		2.567.961,90
Activos intangíveis	61.822,84	-16.134,13	45.688,71
Subtotal	2.629.784,74	-16.134,13	2.613.650,61
Activo corrente			
Adiantamentos a fornecedores	1.325,99		1.325,99
Outras contas a receber	631.307,27		631.307,27
Diferimentos	2.097,78		2.097,78
Caixa e depósitos bancários	14.593,92		14.593,92
Subtotal	649.324,96		649.324,96
Total do activo	3.279.109,70	-16.134,13	3.262.975,57
Fundo Social e Passivo			
Fundo Social			
Fundo realizado	45.000,00		45.000,00
Resultados transitados	-16.422,94	-16.134,13	25.499,55
Resultado Líquido do exercício	58.056,62		
Excedentes de revalorização	137.038,71		137.038,71
Outras variações no capital próprio	2.584.096,06		2.584.096,06
Total do fundo social	2.807.768,45	-16.134,13	2.791.634,32
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Subtotal	0,00		0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	5.004,71		5.004,71
Estado e outros entes públicos	9.107,19		9.107,19
Financiamentos obtidos	185.000,00		185.000,00
Outras contas a pagar	272.229,35		272.229,35
Subtotal	471.341,25		471.341,25
Total do passivo	471.341,25		471.341,25
Total do fundo social e do passivo	3.279.109,70	-16.134,13	3.262.975,57

A reconciliação entre os resultados e o fundo social, de acordo com o POC e o SNC, em 31 de Dezembro de 2009, detalha-se da seguinte forma:

Resultado do ano 2009 de acordo com o POC	156.962,72
+ Anulação de amortizações devido ao desreconhecimento de activos intangíveis capitalizados em anos anteriores	40.249,33
- Desreconhecimento de activos intangíveis capitalizados no ano 2009	-96.560,00
Resultado do ano 2009 de acordo com as NCRF	100.652,05
Fundo social em 1 de Janeiro de 2009 de acordo com o POC	2.807.768,45
- Desreconhecimento de activos intangíveis	-16.134,13
+ Reconhecimento de Instrumentos Financeiros derivados	
Fundo social em 1 de Janeiro de 2009 de acordo com as NCRF	2.791.634,32
Fundo social em 31 de Dezembro de 2009 de acordo com o POC	1.868.992,88
- Desreconhecimento de activos intangíveis	-56.310,67
+ Reconhecimento de Instrumentos Financeiros derivados	
Fundo social em 31 de Dezembro de 2009 de acordo com as NCRF	1.812.682,21

Decorrente dos ajustamentos indicados, a Demonstração dos Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, reexpressa de acordo com o SNC, é como segue:

RENDIMENTOS E GASTOS	POC	Ajustamentos e reclassificações	SNC
Vendas e serviços prestados	136.700,00		136.700,00
Subsídios à exploração	791.145,92		791.145,92
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	-357.283,42		-357.283,42
Gastos com o pessoal	-464.956,02		-464.956,02
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	1.173.997,38		1.173.997,38
Outros gastos e perdas	-2.631,31		-2.631,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.276.972,55		1.276.972,55
Gastos / reversões de depreciações e de amortizações	-1.103.508,43		-1.103.508,43
Imparidades de investimentos depreciáveis/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	173.464,12		173.464,12
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	-16.501,40		-16.501,40
Resultado antes de impostos	156.962,72		156.962,72
Impostos sobre o rendimento do período			
Resultado Líquido do período	156.962,72	-56.310,67	100.652,05

Demonstrações Financeiras

As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.



3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.2 ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Associação, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

3.3 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	N.º de Anos	Taxa de Amortização
Instalações de água, electricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas	10	10%
Aparelhagem, máquinas electrónicas e de reprodução de som	5	20%
Computadores	3	33%
Aparelhos telemóveis	5	20%
Mobiliário	8	13%

O processo de depreciação inicia-se no ano em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

3.4 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (NCRF 8)

Não aplicável.

3.5 LOCAÇÕES (NCRF 9)

Não aplicável.

3.6 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Não aplicável.

3.7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF11)

Não aplicável.

3.8 IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)

Não aplicável.

3.9 INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13)

Os investimentos em Entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas Entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

3.10 CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS (NCRF 14)

Não aplicável.

3.11 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

Não aplicável.

3.12 EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (NCRF16)

Não aplicável.

3.13 AGRICULTURA (NCRF 17)

Não aplicável.

3.14 INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Não aplicável.

3.15 CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (NCRF 19)

Não aplicável.

3.16 RÉDITO (NCRF 20)

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

3.17 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

Não aplicável.

3.18 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis e intangíveis são registados no Fundo social e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados.





3.19 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

Não aplicável.

3.20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

Não aplicável.

3.21 MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26)

Não aplicável.

3.22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Associação Porto Digital tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e a Pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.23 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A Associação atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação.

Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4. Fluxos de caixa

Todos os meios existentes em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários:

Quantia escriturada e movimentos do período	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Caixa	471,29	1.698,85	2.012,07	158,07
Depósitos à ordem	28.521,66	2.036.979,30	2.052.627,95	12.873,01
Outros depósitos bancários				
Total de caixa e depósitos bancários	28.992,95	2.038.678,15	2.054.640,02	13.031,08

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos, obtidos pelos registos contabilísticos da Associação.

5. Partes relacionadas

5.1 Remunerações do pessoal chave da gestão

A Administração não é remunerada contudo consideramos importante informar que as remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram as seguintes:

Remunerações 31-12-2010	Gerência/Cons. Administração	Fiscal Único/ Cons. Fiscal	Assembleia Geral	Total
Vencimentos e Subsídio de férias	44.720,00			44.720,00
Subsídio de Natal	3.440,00			3.440,00
Total	48.160,00			48.160,00

Remunerações 31-12-2009	Gerência/Cons. Administração	Fiscal Único/ Cons. Fiscal	Assembleia Geral	Total
Vencimentos e Subsídio de férias	44.720,00			44.720,00
Subsídio de Natal	3.440,00			3.440,00
Total	48.160,00			48.160,00

5.2 Transacções entre partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Associação detinha os seguintes participações em Entidades associadas:

Entidades associadas	Sede	% Participação	
		31-12-2010	31-12-2009
PDONT, SA	Porto	51,00%	51,00%

Transacções e saldos pendentes entre associadas:

- i) Quantia das transacções: 759,00 €
- ii) Quantia dos saldos pendentes: 4.355.582,56 €. Sendo que 4.272.624,96 € são referentes à nota de débito n.º 107 emitida à PDONT e que a APD está a fazer todas as diligências no sentido do seu recebimento.

No decurso dos exercícios findo em 31 de Dezembro, os saldos e as transacções efectuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Contas a receber	31-12-2010	31-12-2009
Entidades associadas	4.355.582,56	759,00
Total	4.355.582,56	759,00

6. Activos intangíveis

Ver nota 3.

Reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período:

1 de Janeiro de 2009	Marcas e Licenças	Custos de desenvolvimento	Total
Custo		262.193	262.193
Amortização acumulada e imparidade		200.370	200.370
Valor Líquido	0	61.823	61.823
31 de Dezembro de 2009			
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2009	0	61.823	61.823
Adições		72.360	72.360
Amortizações do exercício		77.872	77.872
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009:	0	56.311	56.311
31 de Dezembro de 2009			
Custo		96.560	96.560
Amortização acumulada e imparidade		40.249	40.249
Valor Líquido	0	56.311	56.311
31 de Dezembro de 2010			
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2010	0	0	0
Diferenças cambiais			0
Adições	722		722
Aquisição de subsidiária			0
Encargo com imparidade			0
Amortização do exercício	240	0	240
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010:	482	0	482
31 de Dezembro de 2010			
Custo	722		722
Amortização acumulada e imparidade	240		240
Valor Líquido	482	0	482

7. Activos fixos tangíveis

Ver nota 3.

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2009 e/ou no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no ano em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:

Activos Fixos Tangíveis	Outras Construções	Equipamento básico e de transporte	Equipamento Administrativo e Biológico	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2009					
Valor de aquisição ou reavaliado	317.963	4.638.278	68.366	4.252	5.028.859





Depreciação acumulada	98.870	2.336.954	32.706	2.531	2.471.061
Valor Líquido	219.093	2.301.324	35.660	1.721	2.557.798
31 de Dezembro de 2009					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2009	219.093	2.301.324	35.660	1.721	2.557.798
Excedente de Revalorização					0
Aquisições	20.404	68.504	943	538	90.390
Alienações					0
Depreciação do exercício	32.159	985.236	7.588	653	1.025.636
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	207.337	1.384.593	29.015	1.606	1.622.551
31 de Dezembro de 2009					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366	4.706.782	69.309	4.791	5.119.249
Depreciação acumulada	131.029	3.322.190	40.294	3.185	3.496.698
Valor Líquido	207.337	1.384.593	29.015	1.606	1.622.551
31 de Dezembro de 2010					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2010	207.337	1.384.593	29.015	1.606	1.622.551
Aquisição de Subsidiária					0
Aquisições	0	132.144	1.920	1.235	135.299
Alienações					0
Depreciação do exercício	32.159	310.032	7.833	1.048	351.072
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	175.178	1.206.705	23.102	1.793	1.406.778
31 de Dezembro de 2010					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366	4.835.272	71.229	5.977	5.250.843
Depreciação acumulada	163.188	3.628.565	48.128	4.184	3.844.066
Valor Líquido	175.178	1.206.706	23.101	1.793	1.406.778

Activos Fixos Tangíveis em Curso	Outras Construções	Equip. básico e de Transporte	Equip. Administrativo e Biológico	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2009					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	10.164	0	0	10.164
Depreciação acumulada					0
Valor Líquido	0	10.164	0	0	10.164
31 de Dezembro de 2009					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2009	0	10.164	0	0	10.164
Excedente de Revalorização					0
Aquisições	0	111.120	0	0	111.120
Alienações					0
Depreciação do exercício					0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2009	0	121.284	0	0	121.284
31 de Dezembro de 2009					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	121.284	0	0	121.284
Depreciação acumulada					0
Valor Líquido	0	121.284	0	0	121.284
31 de Dezembro de 2010					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2010	0	121.284	0	0	121.284
Aquisição de Subsidiária					0
Aquisições	0	30.817	0	0	30.817
Alienações					0
Depreciação do exercício					0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	0	152.101	0	0	152.101
31 de Dezembro de 2010					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	152.101	0	0	152.101
Depreciação acumulada					0



Valor Líquido	0	152.101	0	0	152.101
----------------------	----------	----------------	----------	----------	----------------

8. Associadas

Em 31 de Dezembro de 2010 a Associação Porto Digital detém uma participação de 51% (25.500,00 €) na firma Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA fundada em Fevereiro de 2009 com um capital social de 50.000,00 €, e com sede na Rua da Ponte Nova 70, 2º, 4050-485 Porto.

Os Capitais Próprios da nossa associada PDONT, S.A., referentes ao exercício de 2009 ascendem a cerca de -6.600.000,00 euros, tendo sido apenas aprovadas as contas em 2 de Junho de 2011.

A Associação Porto Digital exerceu durante o exercício de 2010 o seu direito indemnizatório por alegado incumprimento contratual da sua participada Porto Digital - Operador Neutro de Telecomunicações, SA, do qual resultaram rendimentos a favor da Associação Porto Digital no valor de 4.272.624,96 €. A PDONT, SA interpôs uma acção administrativa especial para anular a sanção contratual.

9. Imparidade de activos

Movimentos ocorridos no período:

Perdas por imparidade	Reconhecidas nos resultados
Dívidas a receber	4.272.624,96
Investimentos financeiros	25.500,00

A rubrica Dívidas a Receber está relacionada com o reconhecimento de perdas de imparidade de crédito sobre a empresa PDONT, S.A., tendo em atenção o princípio da prudência, associado ao litígio sobre a anulação da sanção contratual aplicada por esta entidade, a qual foi registada em 2010, na sequência da notificação do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

Foi reconhecida uma perda de imparidade em Investimentos Financeiros sobre a participação na sociedade PDONT, S.A. no valor de 25.500,00, uma vez que a sociedade está sem actividade visível e a Associação Porto Digital rescindiu o contrato de delegação de tarefas para a expansão e exploração da rede de telecomunicações da Associação Porto Digital.

10. Provisão

Existem vários processos judiciais em curso entre a Associação Porto Digital e a PDONT, S.A.. Uma vez que não é possível efectuar uma estimativa fiável das quantias reclamadas nem tão pouco sobre o desfecho dos processos, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 21, a Associação Porto Digital não reconheceu qualquer provisão para o efeito.

11. Rédito

Ver Nota 3.

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2010	31-12-2009
Vendas de Bens		
Prestação de Serviços	58.200,00	136.700,00
Juros		
Royalties		
Dividendos		

A rubrica de Prestações de Serviços corresponde ao valor das Quotas dos Associados e a serviços prestados, sendo o valor global de EUR 58.200,00.

12. Subsídios do Governo e apoios do governo

Ver Nota 3.

A rubrica *Subsídios no Fundo Social (59,3)* regista um saldo credor de 1.181.946,52 €, que corresponde ao

subsídio recebido para Investimento, na parte que ainda não se encontra amortizado. Este saldo irá esgotar-se à medida que forem sendo consideradas as respectivas amortizações.

A contabilização na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos em Imputação de subsídios para investimento está explicitada em mapa anexo, e revela pela sua variação o subsídio para investimento recebido de 306.411,25 €.

Subsídios para Investimentos			
	5.164.177,65 €	POSC 75%	Parceiros + CMP 25%
Apresentado ao POSC			
<u>Elegível</u>	4.894.213,43 €		
Amortizado	4.835.421,60 €	3.626.566,20 €	1.208.855,40 €
Diferido	3.726.695,23 €	2.795.021,42 €	931.673,81 €
	1.108.726,37 €	831.544,78 €	277.181,59 €
<u>Não Elegível</u>	58.791,83 €	- €	58.791,83 €
Amortizado	58.791,83 €	- €	58.791,83 €
Diferido	- €	- €	- €
Não Apresentado ao POSC			
Amortizado	269.964,22 €	- €	269.964,22 €
Diferido	196.744,07 €	- €	196.744,07 €
	73.220,15 €	- €	73.220,15 €
Resumo			
Amortizado	5.164.177,65 €	3.626.566,20 €	1.537.611,45 €
Diferido	3.982.231,13 €	2.795.021,42 €	1.187.209,71 €
	1.181.946,52 €	831.544,78 €	350.401,74 €
Proveitos Considerados			
2005	- €	- €	- €
2006	314.111,34 €	241.656,71 €	72.454,63 €
2007	1.235.509,32 €	865.795,04 €	369.714,28 €
2008	1.030.460,93 €	814.184,00 €	216.276,93 €
2009	1.095.738,29 €	699.581,36 €	396.156,93 €
Total	3.675.819,88 €	2.621.217,11 €	1.054.602,77 €
Valor a Considerar como Proveito	306.411,25 €		

Foram reconhecidos na Demonstração dos Resultados em *Subsídios à Exploração (75)* os valores recebidos da CMP ao abrigo dos Protocolos celebrados para comparticipação das despesas da APD.

13. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 14 de Junho de 2011.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

14. Impostos sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

15. Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

Ver Nota 3.

15.1 Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar /Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:



Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
Clientes	45.456,00	103.040,00
Outras Contas a Receber	4.481.490,63	568.367,19
Imparidade das Contas a Receber	-4.272.624,96	
Total do Activo	254.321,67	671.407,19
Passivo		
Fornecedores	59.349,61	2.646,25
Outras Contas a Pagar	132.150,68	291.769,95
Total do Passivo	191.500,29	294.416,20

15.2 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2010	31-12-2009
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de impostos sobre rendimento:	9.442,92	6.236,57
Imposto sobre o valor acrescentado	13.555,68	16.083,13
Outros impostos		5,00
Contribuições para a segurança social	9.588,79	8.968,12
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
Total	32.587,39	31.292,82

15.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	5.524,00	3.397,44
Outros	34.557,97	258,44
Total	40.081,97	3.655,88
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Outros	13.864,00	
Total	13.864,00	0,00

15.4 Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Caixa e Depósitos Bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
Caixa	158,07	471,29
Depósitos à ordem	12.873,01	28.521,66
Outros depósitos bancários		
Total	13.031,08	28.992,95

15.5 Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Financiamentos Obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	2010	2009
Empréstimos Bancários Correntes	405.000	335.000
Ações preferenciais remíveis		
Total	405.000	335.000

15.6 Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de Capital Próprio apresentava a seguinte decomposição:

Fundo social	31-12-2010	31-12-2009
Fundo social	45.000,00	45.000,00
Outras reservas	15.696,27	
Resultados transitados	268.401,82	122.361,72
Excedentes de revalorização		
Outras variações no capital próprio	1.181.946,52	1.488.357,77
Total	1.511.044,61	1.655.719,49

Em 31 de Dezembro de 2010, o fundo da Associação, totalmente subscrito e realizado, tinha um valor nominal de 45.000,00 euros.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Câmara Municipal do Porto _____ 33,33%
- Universidade do Porto _____ 33,33%
- Associação Empresarial Portugal _____ 33,33%

15.7 Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da Reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Associação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Associação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reserva legal não se encontrava totalmente constituída.

16. Benefício dos empregados

Ver Nota 3.

Gastos com pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica de Gastos com Pessoal:

Gastos com pessoal	31-12-2010	31-12-2009
Gastos com o pessoal	573.150,98	464.956,02
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	476.494,37	390.640,32
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Dos quais:		
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais		
Para planos de contribuições definidas - outros		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	89.362,10	69.320,52
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5.541,25	3.652,45
Gastos de acção social	967,37	292,53
Outros gastos com pessoal	785,59	1.050,20
Dos quais:		
Gastos com formação	785,89	1.050,20
Gastos com fardamento		

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	23	33649
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	22	32186
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	13	19019
Mulheres	9	13167
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à Investigação e Desenvolvimento		
Prestadores de serviços	3	4389
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

17. Outras informações

Situação fiscal

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Situação contributiva

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Operações que não estejam incluídas no balanço

Não se registaram operações que não estejam incluídas no balanço.

Porto, 14 de Junho de 2011

O Conselho de Administração



O Técnico Oficial de Contas

